



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 869, do TCU, datado de 22 de junho de 2011, subscrito pelo Exmº Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº 025.221/2009-5 do TCU, que trata de levantamento de auditoria realizada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como nas entidades da administração indireta a ele vinculadas, com o objetivo de aprimorar o grau de conhecimento sistêmico do Tribunal sobre as três grandes áreas de atuação daquela pasta ministerial, incluindo os respectivos macroprocessos para, enfim, identificar as principais áreas de risco para efeito de controle externo.

Os Ministros daquela Corte, reunidos em sessão ordinária, no plenário, acordaram, em resumo, recomendar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que elabore cronogramas de ações voltadas aos seguintes objetivos: desenvolvimento e implantação de ações de mapeamento e automação de seus principais processos internos, de acordo com as prioridades definidas pela administração do Ministério, e implantação de sistemática e rotinas de controle interno condizentes com seu orçamento anual e a complexidade de seus processos.

Informo que a cópia do acórdão, acompanhada do relatório e do voto, estão à disposição de V. Exªs na secretaria desta Comissão, e nós nomearemos um relator para analisar amiúde essa comunicação e fazer o seu relatório.

No momento em que o esforço brasileiro de promover a segurança alimentar é reconhecido internacionalmente, com a eleição de José Graziano Neto, Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar do Governo Lula, para a direção geral da FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, vamos debater hoje, nesta audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado Federal, a proposta, apresentada pelo Senador Marcelo Crivella, na forma do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, que propõe a instituição da política nacional de abastecimento.

Entendemos que esse projeto poderá contribuir para ampliar a discussão sobre o armazenamento, o fluxo e a distribuição de alimentos em todo o nosso País, com a formação de uma estrutura mínima de abastecimento, de formação de estoques estratégicos, elementos fundamentais para nossa segurança alimentar.

O Brasil tem adotado políticas de ampliação do acesso aos alimentos, combinando programas de ações de apoio à agricultura tradicional e



familiar de base agroecológica e cooperativa, além da implantação de uma ampla rede de segurança alimentar e nutricional, que inclui restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e feiras e mercados populares, que contribuem para o combate à fome e a superação da pobreza extrema.

Dentro desse propósito, o Governo tem estimulado políticas públicas que garantam o acesso regular e permanente a alimentos, inclusive a água de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável.

Essas políticas, tais como os programas Bolsa Família e Brasil sem Miséria, estão voltadas particularmente para a população em situação de vulnerabilidade social, os povos e comunidades tradicionais.

Esses programas que fazem parte da estratégia denominada Fome Zero são compostos por políticas emergenciais transversais e estruturantes, que estimulam a produção, a circulação e o consumo de alimentos, e creio que poderiam ter o apoio de alguns elementos constantes de uma política nacional de abastecimento, como a proposta apresentada pelo nobre Senador Marcelo Crivella.

O atual modelo brasileiro de formação mínima de estoque transferiu para o mercado, para o comércio interno e internacional, a função de amenizar os efeitos de choques de oferta ou de demanda internas. Esse modelo, apesar do propagado êxito, tem trazido, segundo alguns analistas, certa insegurança para os produtores rurais e supostas influências negativas na formação de seus preços.

Os produtores de grãos, de leite, de etanol e de outras *commodities* agrícolas passíveis de estocagem reclamam da precária estrutura de armazenagem do País e da pouca influência dos estoques reguladores na formação dos preços desses produtos.

Por outro lado, a opção de regulação dos estoques através de mecanismos de mercado tem dado uma dinâmica maior para a circulação de produtos da agropecuária nacional e se mostrado também uma boa estratégia para limitar o risco de inflação no preço dos alimentos.

Essa dicotomia tem pautado o debate sobre o preço dos alimentos e a segurança alimentar em todo o mundo. Os países do G-20, incluindo o Brasil, consideram a manutenção de estoques estratégicos uma medida cara e ineficaz e argumentam que as iniciativas de mercado são mais eficientes para conter o preço dos alimentos e aumentar a segurança alimentar nos países em desenvolvimento.

Por outro lado, alguns organismos internacionais, como a própria FAO, indicam que os custos de não ter reservas estratégicas são maiores e com graves consequências sociais. Notadamente, não existe um consenso sobre o assunto e, por isso, o debate de hoje, que se reveste de grande importância para a agricultura brasileira e para a promoção da segurança alimentar do País.

Cabem, portanto, alguns questionamentos. Qual o déficit de armazenagem existente no Brasil hoje? Qual o custo para a criação de uma estrutura mínima para armazenagem e formação de estoques de alimentos? Qual



o volume de alimentos movimentados pelos programas de segurança alimentar do nosso Governo que sai dos estoques estratégicos existentes e qual o impacto na agricultura familiar? Considerando que o consumo de combustíveis no Brasil no ano passado foi de 118 bilhões de litros, com o consumo mensal de 10 bilhões de litros, qual seria a estrutura para manter o estoque estratégico pelo menos por um período mínimo de 15 dias?

Para nós iniciarmos a nossa audiência pública efetivamente, eu convido para compor a Mesa a Dr^a Marília Leão, Conselheira da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); a Dr^a Maria Emília Lisboa Pacheco, representante do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional; o Dr. Sílvio Isopo Porto, Diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e a Dr^a Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS/Sesan).

Lembro a Comissão que, em função de a Senadora Marisa Serrano ter assumido o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul esta Presidência terá que, oportunamente, designar outro relator para a CRA, para relatar a presente matéria, que já foi debatida em várias outras comissões. Já houve audiências públicas no ano de 2010 e queremos avançar no sentido de podermos também votar essa matéria aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o mais rápido possível.

Boas vindas à Dr^a Maya, à Dr^a Maria Emília, à Dr^a Marília Leão.

Vamos iniciar as nossas palestras. Eu convido, então, a Dr^a Marília Leão para iniciar as palestras nesta manhã. Seja bem-vinda, Dr^a Marília.

A SR^a MARÍLIA LEÃO – Muito obrigada.

Bom dia a todos e a todas. Eu represento aqui o Renato Maluf, que é o Presidente do Consea. Eu sou Conselheira representando a sociedade civil e também sou Presidente de uma ONG, que se chama Abrandh (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos).

Bom, o meu papel aqui hoje é representar o Consea e trazer para os senhores e as senhoras algumas visões e recomendações deste Conselho para uma política de abastecimento alimentar no Brasil.

O Consea foi reconstruído, reconduzido no primeiro ano do Governo Lula, em 2003; e vem, desde então, discutindo e fazendo proposições ao Poder Executivo, diretamente ao Presidente e agora à Presidenta da República, sobre questões ligadas a esse campo. Então, acho que essa tem sido, para nós e a sociedade civil, uma conquista importante, um espaço importante de exercício da democracia, da cidadania e de poder influenciar esse campo no Brasil. Realmente, entre as experiências positivas do Brasil nesse campo, acho que o Consea tem sido um exemplo importante.

Se a gente pesquisar hoje no site do Consea, desde 2003, temos pelo menos 28 documentos que se referem a essa temática de abastecimento



alimentar. Então, a produção tem sido grande e o esforço tem sido grande para discutir e levar especialistas e dirigentes para discutir o assunto.

Bom, eu trouxe uns *slides* só para ajudar a orientar a minha fala.

Pode passar, por favor, o próximo. Quais são os paradigmas com que trabalhamos no Consea? E também quando falamos em abastecimento e política de abastecimento não conseguimos olhar para uma proposta sem considerar esses paradigmas?

Nós trabalhamos sob o paradigma da busca pela soberania e segurança alimentar e nutricional. Entendemos que a alimentação é um direito humano, é um direito dos povos. Entendemos que a democracia em uma sociedade só é desenvolvida se permitir a participação e o controle social. Acreditamos que as políticas públicas são os meios adequados ideais para se garantir os direitos e a alimentação a todos que precisam e querem acessá-la e acessar todas as políticas. E entendemos, também, que tudo isso é dever do Estado, que deve se organizar e organizar a sociedade para que essas políticas e todos esses direitos sejam garantidos.

Eu trouxe aqui – pode ser um pouco repetitivo – qual é a noção, o conceito hoje, brasileiro, de segurança alimentar e nutricional. Acho que é importante enfatizar isso. Nem todos os países têm essa noção, essa visão. Esse é um conceito pactuado, construído ao longo dos anos no Brasil e vocês podem ver que é integrado, complexo e, enfim, envolve vários campos da sociedade.

Então, para nós, segurança alimentar envolve direito; acesso regular e permanente; alimentos de qualidade, não só em quantidade, mas em qualidade e suficientes, sem comprometer outros direitos, outras necessidades; produzidos em condições sustentáveis e práticas promotoras da saúde e ainda se respeitando a diversidade cultural e a sustentabilidade. O nosso conceito é amplo, complexo e isso é importante, porque é um caso bem brasileiro essa visão.

Quando falamos e defendemos o que é uma alimentação adequada e saudável, estamos falando de vários campos, de várias questões que estão interligadas e integradas. Nós falamos da diversidade, da adequação nutricional. Alimentação para uma criança, uma gestante, um idoso, uma pessoa que vive no campo, para uma pessoa que trabalha no chão da fábrica, para uma pessoa que trabalha no escritório é totalmente diferente. E uma alimentação livre de resíduos químicos, agrotóxicos, transgênicos. A possibilidade de a produção ter acesso a recursos naturais, como terra e água.

Próximo, por favor.

Acesso à informação: nós precisamos saber o que estamos comendo, o que queremos comer. Às vezes você pode comprar alimentos industrializados e não saber exatamente o que está comendo.

A questão do respeito e valorização da cultura alimentar implica também em poder se alimentar e realizar outros direitos e a questão da segurança do alimento e a qualidade.



Então, quando a gente fala em alimentação adequada e saudável, estamos considerando todos esses aspectos.

Bom, nós hoje trabalhamos com marcos legais importantes e são os que nos guiam. Quanto aos marcos, estamos hoje organizando e defendendo sua implementação. Um deles, que para nós foi uma conquista muito importante, aprovada pelo Congresso Nacional, é a Emenda Constitucional nº 64, que incluiu alimentação entre os direitos sociais no Brasil. Para nós, isso foi uma coisa muito importante.

Hoje, no Brasil, alimentação é um direito social garantido pela Constituição Federal. Nós aprovamos uma lei orgânica de segurança alimentar, em 2006. Essa lei está ainda em fase de implementação e tem como objetivo principal assegurar o direito humano à alimentação no Brasil.

Temos, mais recentemente, a regulamentação dessa lei, o Decreto nº 7.272, que propõe exatamente a criação e a organização de um sistema público de segurança alimentar e nutricional. A exemplo do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Assistência Social, do Sistema Nacional de Trânsito, do Sistema Nacional do Meio Ambiente, estamos propondo e implementando o que chamamos de Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Próximo.

Por que achamos que é muito importante ter uma política nacional de abastecimento alimentar? Primeiro, temos o nosso paradoxo brasileiro. Somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo, somos um dos maiores exportadores e ainda convivemos com grupos, segmentos da população que vivem na insegurança alimentar. Temos, em muitos lugares, a persistência da pobreza e a distribuição dos alimentos é irregular, não é democrática e em muitas localidades do Brasil as pessoas não conseguem acessar os alimentos que precisam. Então, produzimos muito, temos excedentes, exportamos, mas muitas pessoas no Brasil não conseguem, ou pagam muito caro por esses alimentos.

Bom, temos um fenômeno importantíssimo acontecendo há mais de vinte anos no Brasil, que é o fenômeno da transição nutricional. Uma mudança grande do modo de vida, dos hábitos faz com que a população, quase como um todo, apresente índices alarmantes de excesso de peso e obesidade. Isso é uma realidade.

A notícia boa é que reduzimos quase a zero a desnutrição infantil. Esta e a desnutrição entre adultos praticamente inexistem. É virtual hoje; existe em alguns poucos segmentos. Mas, em contrapartida, temos, hoje, índices crescentes e alarmantes de excesso de peso e obesidade.

Temos um mercado que é concentrador, concentra terra, renda. Isso repercute na produção agrícola, nos mercados, na forma de distribuir, de vender e de comercializar os alimentos. Hoje, sabemos que a rede de abastecimento e comercialização de alimentos está cada vez mais dependente dos hipermercados e grandes redes varejistas de alimentos.



Ontem, eu estava lendo sobre a fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour. Enfim, fiquei um pouco assustada com o controle de uma grande parte do comércio de alimentos no Brasil.

Bom, no perfil alimentar, só entrando um pouco na importância de que precisamos ter alimentos saudáveis, alimentos locais, alimentos disponíveis para todos no Brasil, eu queria chamar atenção para a questão do consumo: como o consumo mudou muito no Brasil e que repercussões esse consumo tem hoje no perfil alimentar e nutricional da população.

Nós ainda temos, principalmente entre mulheres e crianças, altas taxas de prevalência de anemia, o que indica uma alimentação pobre em ferro, deficiente em termos nutricionais. Temos índices alarmantes de desnutrição, de déficits nutricionais em algumas populações indígenas aldeadas. Em todos os locais que eu tenho ido, que eu tenho feito palestras, tenho dito isso: nós realmente temos que olhar com muito cuidado, porque os índices de desnutrição entre indígenas do Brasil ainda são aqueles que tínhamos da população geral na década de 70. Então é importante trazer essas populações para o século XXI, no que se refere à alimentação e nutrição.

Nós temos diferenças, desigualdades regionais, muito importantes no acesso à alimentação, nós temos um consumo crescente de alimentos não saudáveis – nos últimos anos nós tivemos um aumento de 400% no consumo de refrigerantes e bebidas adoçadas – e um baixo consumo de alimentos saudáveis, como frutas e hortaliças. Brasileiro, na média, come muito pouco frutas e verduras. É preciso aumentar muito esse consumo, porque sabemos que isso é indicador de saúde e é muito importante. Temos um crescimento muito acelerado da obesidade, em especial entre mulheres de baixa renda. O crescimento do excesso de peso, obesidade, em mulheres mais pobres é alarmante, é muito preocupante.

Próximo.

Quais seriam os objetivos de uma política nacional de abastecimento alimentar? Para nós, então, dados os paradigmas que eu apresentei para os senhores e para as senhoras, nós gostaríamos de uma política que promovesse e valorizasse a biodiversidade brasileira, os modos tradicionais de produção de alimentos e a agroecologia.

Queria lembrar que um dos nossos maiores patrimônio nacional é a nossa alimentação, é a diversidade da alimentação do brasileiro. Muito de vocês aqui vêm de várias regiões e nós sabemos a riqueza de alimentos que sequer todos os brasileiros conhecem e utilizam no País. Então nosso patrimônio alimentar precisa ser preservado, conservado e feito dele uma produção sustentável.

Nós precisamos promover igualdade de oportunidade entre as pessoas, entre as regiões e os biomas. Nós precisamos promover o consumo saudável, por todas as questões que eu apresentei, anteriormente. Nós queremos assegurar alimentos seguros e de qualidade, livres de veneno, de agrotóxicos, de



resíduos químicos. Nós queremos participar desse processo da produção, influenciar, fazer o controle das políticas desse campo, e valorizar formas equitativas e sustentáveis de produção agrícola e comercialização de alimentos. Esses seriam, para nós, os objetivos de uma política de abastecimento alimentar.

Quais seriam as diretrizes que nós propomos? E existe um documento e propostas sendo discutidas com bastante objetividade nesse sentido. Nós achamos que o Estado precisa recuperar, precisa ter claro e exercer o seu papel regulador da política de abastecimento. As diretrizes de uma política alimentar precisam priorizar agricultura familiar, os pequenos produtores, os pequenos e médios empreendedores rurais e urbanos. É preciso fortalecer e facilitar o crédito aos agricultores familiares. Nós sabemos que, historicamente, os créditos dos planos safras, os créditos agrícolas são preferencialmente acessados pelas grandes propriedades, pelos grandes produtores. Nós precisamos fortalecer e facilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito.

Uma política de abastecimento alimentar precisa se integrar às outras ações de Governo, às outras políticas públicas pelas razões também que coloquei, da forma como a gente vê hoje, como a gente concebe a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Essa política precisa responsabilizar as diferentes esferas de Governo para fazer cumprir toda essa proposta.

A gente sabe que não é de um dia para noite que se constroem políticas, que se constroem ações de Estado, e temos muitos desafios pela frente.

Só trazendo aqui para reflexão, a gente tem clareza que efetivar o direito à alimentação no Brasil, de uma maneira autônoma, soberana, é muito difícil porque esta lógica, a lógica do abastecimento, do acesso ao alimento, precisa sobrepor a lógica estritamente mercantil. O mercado não pode ditar sozinho, a seu prazer, o que vamos comer, como vamos comer. Nós temos que ter políticas fortes, o Estado tem que se organizar, para que realmente possamos conseguir acessar alimentos saudáveis e seguros no Brasil. Não podemos deixar que o mercado sozinho controle e sobreponha essa lógica que nós entendemos como soberania e segurança alimentar.

Nós precisamos de regulação pública do mercado de alimento, isso é muito importante, inclusive da publicidade de alimentos. O que se faz hoje, a liberdade que se tem hoje no Brasil de publicidade para alimentos, de modo geral e em especial para crianças, é uma coisa que realmente, se a gente considerar o quanto é nocivo o consumo de certos alimentos, isso realmente é uma questão alarmante no País.

Por fim, realmente é uma tarefa para os brasileiros, mas acreditamos que é possível construir um modelo de produção agrícola socialmente justo e sustentável. Acho que é isso que, no fundo, todos queremos.

As reflexões que eu gostaria de trazer são essas. Esses são os princípios, os paradigmas que nós temos discutido no Consea. Nós continuaremos a discutir essa questão. Estaremos à disposição desta Casa, do Congresso



Nacional quando for necessário. O Consea é representado por vários segmentos da sociedade, povos tradicionais, povos indígenas, comunidades tradicionais, várias entidades da sociedade civil. E nós oferecemos a nossa capacidade de articulação e de proposição para discutir esse tema aqui no Congresso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigada, Dr^a Maria Leão.

Sugiro que nós ouçamos todos os palestrantes, Senador Suplicy, para que depois possamos debater.

Passo a palavra à Dr^a Maria Emília Pacheco, representante do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional.

A SR^a MARIA EMÍLIA PACHECO – Muito obrigada, bom dia. Sou também de uma organização não governamental chamada Fase, Solidariedade e Educação. E, na qualidade de representante do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional, também integro o Consea, junto com Marília Leão.

Em primeiro lugar, um bom dia. Muito obrigada por esse convite tão importante.

Queria saudar a iniciativa do Senador Crivella em apresentar uma proposta de política de abastecimento. Nossa missão aqui é fazer essa reflexão, mas, já de início, dizer que o nosso foco, a nossa abordagem, dando continuidade ao que Marília disse, é a partir da visão de soberania alimentar, de segurança alimentar e nutricional. Faço logo essa observação, porque a proposta do Senador é um pouco ampla, ela incorpora outros aspectos, inclusive o Sr. Presidente fez até uma pergunta em relação a combustível, a estoque de combustíveis. O nosso foco aqui é a partir da visão de abastecimento alimentar, entendendo que outros marcos legais incorporam essas preocupações que foram assimiladas num projeto de lei inicial do Senador Crivella.

Queria também dizer, de início, que nós estamos aqui vivendo uma história por demais importante no País, porque estamos realizando esta audiência sob a égide de uma lei, que é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, que nós temos desde 2006, bem lembrada pelo Sr. Presidente da Comissão, mas também com uma novidade. Desde o ano passado, com outro marco legal, o Decreto 7272, de agosto de 2010, que regulamenta a lei orgânica, a política e estabelece as bases de um plano nacional de segurança alimentar que está neste momento sendo elaborado.

Sr. Presidente, caminhamos para a 4^a Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que se realizará este ano, na Bahia – e aproveitamos para convidar a todos –, com um lema por demais importante e que se relaciona com o objeto do nosso debate aqui. Faremos uma conferência com o lema: Por uma alimentação adequada e saudável.



Também, neste momento histórico, já lembrado pelo Sr. Presidente, temos um representante brasileiro à frente da FAO. De maneira que é um contexto bastante apropriado para se discutir uma política de abastecimento tão necessária para este País.

Quero relembrar que, em 2005, no Consea, nós já dizíamos, muito preocupados em estabelecer as bases de uma proposta de política de abastecimento, que uma política nacional de abastecimento formulada com enfoque à segurança alimentar deve ter o objetivo geral de ampliar o acesso dos segmentos da população a alimentos de qualidade, promover uma alimentação adequada e saudável e a diversidade dos hábitos alimentares, em simultâneo à valorização das formas socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis de produção e comercialização de alimentos, com destaque para o reconhecimento da agricultura familiar e pequenos empreendimentos urbanos.

Quero lembrar que, na proposta original do Senador Crivella, ele também inclui, como princípio da política de abastecimento o estímulo às atividades da agricultura familiar e do associativismo. Mas, na nossa compreensão, é preciso ousar, ampliar e resignificar esse sentido do apoio à agricultura familiar, porque nós estamos, de fato, redefinindo o próprio conceito de abastecimento. Esse é um ponto bastante importante para nossa reflexão, porque nós estamos entendendo que o abastecimento não é uma questão que se reduz, de fato, à armazenagem, ao transporte, à distribuição atacadista e varejista, mas deve ser visto como um sistema integrado, que se estende da produção ao consumo, onde o Estado e a sociedade cumprem, então, uma função extremamente importante.

E, nessa definição mais ampliada de abastecimento, inclui-se, portanto, a produção. Nós sabemos e percebemos, de forma crescente, nos últimos anos no Brasil, que há mudanças radicais nos padrões de consumo e no perfil nutricional da população, sobre o qual Marília já teceu alguns comentários. Do nosso ponto de vista, essa mudança nos padrões de consumo, que tem significado uma simplificação, uma homogeneização, a perda da adversidade alimentar está muito associada às transformações ocorridas na estrutura do abastecimento agroalimentar do País, porque há uma crescente integração da produção de alimentos às dinâmicas do capital industrial, comercial, financeira, e isso associado, tendo como base, um padrão tecnológico disseminado nos últimos tempos da chamada Revolução Verde. Nós sabemos do impacto dessa chamada Revolução Verde não só nos padrões de consumo, mas também nos impactos socioambientais.

Lamentavelmente, podemos dizer que, associado a esse processo, o Brasil ostenta hoje o que, do nosso ponto de vista, é um título vergonhoso: o título de principal consumidor de agrotóxicos. Esse alto consumo de agrotóxicos com implicações para a qualidade do nosso alimento, na contramão da visão de uma alimentação adequada e saudável, está associado a esse padrão de produção.



Então, do nosso ponto de vista, pensar uma política nacional de abastecimento significa analisar de forma crítica, rever padrões de produção e padrões de consumo. E o Consea e, particularmente, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar têm manifestado recorrentemente a preocupação com a concentração da produção no Brasil, um leque muito reduzido de produtos, o que aumenta a vulnerabilidade do País, tanto interna como externamente. E nós sabemos o quanto o impacto das mudanças climáticas pode afetar e gerar maior vulnerabilidade. Nós sabemos que cerca de mais 80% da nossa produção de grãos está concentrada em pouquíssimos produtos, especialmente soja, milho e arroz. Ao mesmo tempo, nós sabemos que 70% da diversificação dos produtos vêm da chamada agricultura familiar e do agroextrativismo.

Portanto, temos um desafio porque vivemos num país megadiverso. É fundamental que relembremos também as conquistas da nossa chamada Constituição Cidadã, que reconhece a pluriétnicidade deste País, que reconhece que o ambiente é um bem público. Com essa diversidade de biomas e de ecossistemas que temos, que são manejados e existem na sua diversidade, porque nós temos muitas populações, a nossa sociobiodiversidade é a variação de populações que temos na nossa história, constituída de indígenas e também de denominações muito distintas, que foram acolhidas pelo Estado e aqui debatidas seguramente nesta Casa, a Lei nº 6.040 nos fala de extrativistas, faxinalenses, comunidades de fundo de passo, geraizeiros e tantos outros. É essa sociobiodiversidade que pode garantir um futuro também de soberania e segurança alimentar, porque ela é cultivada, manejada por essas populações.

Por isso que, para nós, é muito importante que, na política nacional de abastecimento alimentar que tenha lugar o reconhecimento da promoção, do respeito, da valorização por meio de instrumentos específicos muito claros, de políticas muito claras de valorização desses produtos da biodiversidade, dos modos tradicionais de produção e manejo, das formas sustentáveis agroecológicas de produção, que podem garantir a sustentabilidade, o uso e a conservação e a recuperação ambiental.

Entendemos, no Fórum, que há avanços no País, há políticas estruturantes e programas de caráter muito democráticos e que acolhem e reconhecem o papel dessas populações. Eu exemplifico alguns desses programas: o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a PGPM da Sociobiodiversidade. São caminhos muito concretos para uma política nacional de abastecimento e comercialização.

Nós entendemos que o chamado mercado institucional... Nós valorizamos muito o papel do Estado como regulador de preços, mas também vemos como sendo do Estado o papel de assumir esse mercado institucional. Pois temos visto, na prática, que essas possibilidades concretas de política e programas contribuem para a organização da produção, diversificação da



produção, consumo, manejo da agrobiodiversidade, revalorização de produtos regionais e mudanças de hábitos alimentares.

Se me permitem, vou dar um exemplo: o umbu, em regiões do Nordeste, até bem pouco tempo atrás, era o alimento associado à fome, à ausência do que comer. Muitas famílias se envergonhavam, inclusive, de dizer que consumiam umbu. E o que nós vemos hoje, com a abertura da possibilidade do mercado institucional e a polpa do umbu incorporada à dieta da alimentação escolar, são as famílias se reconhecendo como sujeitas de uma prática histórica do agroextrativismo e, ao mesmo tempo, esse alimento ganhando outro estatuto, outro significado, inclusive com a sabedoria de ver que é um alimento que também tem várias características nutricionais que precisam ser valorizadas. Isso muda hábitos alimentares, faz uma aproximação maior de uma dinâmica econômica, cultural com a vida na escola. É apenas um exemplo dentre muitos outros que a gente poderia dar.

Além disso, essas possibilidades do mercado institucional estão hoje reconhecendo o papel produtivo das mulheres, porque são elas que, muitas vezes, praticam o agroextrativismo e participam ativamente da produção. Esses programas, ao valorizarem o papel das mulheres, retiram-na daquele lugar apenas da ajuda, como historicamente uma sociedade marcada pelo padrão patriarcal no campo leva a que as mulheres sejam reconhecidas com outro significado, como sujeito econômico também.

Em resumo, esses programas e políticas são capazes de apoiar processos não apenas econômicos da economia local e regional, mas também social, cultural. Contribuem, em última análise, para que populações esquecidas, como dizem os geraizeiros, por exemplo, na minha Minas Gerais, esquecidos, sejam reconhecidos na sua identidade, na sua capacidade de construir a história e de contribuir para a segurança alimentar no País.

Portanto, nós estamos entendendo que a dinamização dessa produção requer, sim, do Estado várias iniciativas. É preciso que haja estruturas de abastecimento que garantam essa aproximação entre o produtor e o consumidor. Isso é muito importante. É importante do ponto de vista econômico, é importante porque essa aproximação faz valorizar esses alimentos regionais e enriquecer e diversificar nossa dieta e também porque isso contribui para descentralizar. É preciso incluir entre os princípios de uma política de abastecimento essa descentralização do abastecimento e articulação em vários planos.

Nós queremos dizer que um programa de abastecimento pode também valorizar as iniciativas que se espalham pelo Brasil de empreendimentos urbanos. A agricultura urbana tem lugar hoje, no Brasil, e contribui para cidades do futuro. Aliás, nome de interessante programa internacional do qual alguns Municípios brasileiros participam e que têm nessa prática, nessa dinâmica



também uma reconfiguração da utilização, de forma apropriada, do espaço urbano.

Outro aspecto que eu quero assinalar é que, neste momento da história, podemos entender que uma política de abastecimento contribui para a construção de mercados, porque nós temos uma oportunidade histórica de valorizar a produção dos produtos orgânicos, agroecológicos, os produtos de denominação de origem, os produtos que fazem parte do nosso patrimônio cultural – vou lembrar novamente a minha Minas Gerais com o queijo do Serro. Esses processos são estimuladores da produção, de um consumo de qualidade e devem ser vistos como parte do sistema agroalimentar e dessa visão mais sistêmica do abastecimento.

Também quero salientar que, nesta política, é preciso reforçar as iniciativas associativas e também da economia solidária. Lembro de novo que no PL do Senador Crivella ele também chama a atenção para a importância de valorizar o associativismo. Há uma demanda nessa história recente do movimento agroecológico no Brasil. Que haja, portanto, preços diferenciais para os produtos agroecológicos, orgânicos etc.

Já finalizando, nesta perspectiva de descentralizar, de pensar de forma mais descentralizada o sistema de abastecimento, é preciso reconhecer que há iniciativas da sociedade civil espalhadas pelo Brasil, a exemplo de feiras agroecológicas, de compras coletivas, de feiras de troca solidárias, que precisam ser reconhecidas pelo Estado e transformadas em partes constitutivas dessa política de abastecimento. É preciso apoio para essas iniciativas.

Quem anda pelo interior do Brasil, como eu faço tantas vezes, percebe que às vezes há dificuldades nos Municípios para que os prefeitos entendam a importância de uma feira e concedam espaço público para este bem público, que é a existência de uma feira. Quero dizer que uma feira não é apenas o lugar em que circulam mercadorias, em que estão os produtos de qualidade. Nós, do movimento agroecológico, costumamos dizer que é o lugar onde circulam sabores e saberes. Isso é muito importante, porque é o lugar em que os agricultores trocam com consumidores até mesmo receitas. Eu já tive oportunidade de fazer a etnografia de uma feira no Nordeste e percebi a troca de receitas, a troca de informação sobre sistemas de produção.

Então, nós precisamos ultrapassar uma visão pela qual às vezes somos tomados meio economicista de pensar apenas na renda, que é fundamental. Quero sinalizar que uma feira dessa natureza é muito importante para melhorar a condição de vida desses agricultores, mas é muito importante também acolher e entender essas outras dimensões dessas iniciativas como feiras, no exemplo que dei.

Por último, quero apenas reforçar a importância dessa estratégia da política de abastecimento, que, penso, envolve o sistema descentralizado e que aproxime o agricultor do consumidor, o produtor, quer seja da área urbana, rural,



porque isso nos colocará seguramente na história como responsáveis por uma visão atual, contemporânea e, vamos dizer, bem coerente com as políticas que o Brasil pretender afirmar nacional e internacionalmente em defesa de países com soberania e segurança alimentar e nutricional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr^a Maria Emília, pela sua exposição.

Passo a palavra agora ao Dr. Sílvio Porto, Diretor de Política Agrícola e Informação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O SR. SÍLVIO PORTO – Bom dia. Muito obrigado, Senador Acir, Presidente desta importante Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Quero cumprimentar a Maya, nossa Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Marília Leão, aqui representando o Consea; e Maria Emília, representando o Fórum Brasileiro. Da mesma forma, cumprimento o Senador Suplicy, nosso Deputado Nazareno, sempre defensor da causa da segurança alimentar e nutricional, que aqui nos dá a honra de sua presença.

Senhoras e senhores, vou trazer alguns elementos aqui para discussão desse tema e já, inicialmente, parabeno o Senador Crivella pela iniciativa de trazer para esta Casa um projeto de lei que vem discutir um tema dessa relevância, que é a preocupação do abastecimento e, sobretudo, do abastecimento alimentar, já que o projeto de lei trata de outras perspectivas e a nossa intenção aqui é nos focarmos de fato nessa discussão mais relacionada à questão alimentar, que hoje é o tema premente, o tema crucial, em face, inclusive, do momento que a gente vem vivendo, principalmente, neste primeiro semestre e no final do ano passado, o fato da importância que os alimentos tiveram no impacto sobre a inflação. Então, nesse sentido, retoma-se, assim como em 2008, o tema alimentar como questão estratégica e essa iniciativa e a importância de estarmos discutindo hoje no Senado esse projeto de lei de extrema relevância.

São seis pontos que vou tratar, tentando ser o mais conciso possível dentro dessa apresentação, em relação aos fatores críticos para o abastecimento em nosso País e certamente isso se rebate de alguma maneira para outras regiões no mundo. A crescente demanda que temos tido em nível mundial; a volatilidade dos preços, que é uma grande preocupação e inclusive foi pauta da reunião do G-20 na semana passada; os problemas climáticos, sobretudo no momento que estamos vivendo nesse último período os problemas relacionados às mudanças climáticas, portanto mudanças estruturais das questões ambientais; a especulação do mercado, que, na verdade, tem rebatimento sobre o segundo item; a volatilidade dos preços; a infraestrutura no nosso País; a questão de logística e a concentração econômica; e o modelo agrícola.

Em relação à demanda, seja por iniciativa ou capacidade própria das populações, seja por políticas públicas, há efetivamente crescente demanda que tem se relacionado principalmente na China e Índia, porque são países muito



populosos, e a China, principalmente, que vem conseguindo incorporar uma série de pessoas na sua população, dando melhores condições de vida e de renda e, portanto, tendo maior capacidade de se alimentar, tem gerado um processo de demanda crescente, embora demandas que, efetivamente, estão concentradas também em alguns produtos.

Então, percebe-se, em nível mundial, em todos os continentes, inclusive na África, onde temos o maior problema ainda na questão da desnutrição, mesmo ali, temos tido uma elevação ou, no mínimo, um compromisso assumido pelos países, pelas nações, de que a erradicação da fome e da miséria está colocada como meta, embora a pretensão seria, até 2015, erradicar a metade desse problema. Infelizmente, de 2008 para cá, tivemos um crescimento e não uma involução dessa situação.

Pode ir passando.

Aqui é só para mostrar exatamente a questão da subnutrição no mundo. De 1995 a 2005, tivemos um decréscimo, praticamente uma estabilização. Mas como a população mundial cresceu, então tivemos um decréscimo proporcional em relação à subnutrição. Só que de, 2000 até 2010, sobretudo de 2008 a 2010, tivemos uma elevação para mais de um bilhão de pessoas que estão nessa situação de miséria ou de subnutrição. Portanto, ampliamos – aquilo que era expectativa chegar a 2015 erradicando no mínimo a metade, embora isso seja bastante perverso, porque a outra metade continuaria passando fome –, aqui, e, portanto, essa é uma situação que se agrava e não se minimiza em nível mundial.

Por isso mesmo a importância do Programa Brasil sem Miséria, para que consigamos – uma determinação da Presidenta Dilma –, até 2014, erradicar efetivamente a miséria em nosso País.

Pode passar, por favor.

Aqui, para mostrar um elemento importante: que é a questão dos estoques mundiais, a relação dos estoques mundiais. Ou seja, temos, ao longo dessa última década, diminuído o volume de estoques, estamos produzindo menos do que se consome, ou estamos tendo um desequilíbrio, vamos dizer assim, na relação que se tinha aqui no início do ano 2000. A exceção é o produto soja. Ou seja, a soja tem sido o produto que tem sido mais demandado, não é de graça que no Brasil, hoje, estamos produzindo quase metade dos 156 milhões de toneladas que colhemos nessa última safra, quase 45% são de soja. Nós temos uma enorme concentração. Historicamente, aqui, três produtos representam 90% daquilo que colhemos em termos de grãos: soja, milho e arroz compõem estes 90%, sendo que milho e soja são 80% do que produzimos.

Exatamente nessa relação de um modelo agroexportador que se coloca um ponto de interrogação ou uma preocupação em relação a uma concentração em poucos produtos. Este é um debate, que a Maria Emília estava colocando, que se tem rebatido numa redução dos nossos hábitos alimentares.

Pode passar, por favor.



Da mesma forma, a questão da evolução das exportações. A soja é o produto que, disparado nesses últimos anos 20 anos, sobretudo na última década, tem evoluído significativamente como a principal vedete, como o principal produto em termos de crescimento das exportações, embora o trigo seja o produto, em termos de volume absoluto, de maior comércio mundial, e o arroz um dos produtos de menor comércio mundial. Ou seja, o arroz ainda é encarado como um produto estratégico, como um produto que, de fato, é de segurança alimentar em nível dos países, e se comercializa, em nível mundial, aproximadamente 5% daquilo que é produzido globalmente.

Pode ir passando.

Aqui é só para mostrar também o quanto a América é importante no sentido do provimento dessas principais *commodities*, sobretudo milho e soja, principalmente aqui, Estados Unidos e Canadá, também Brasil e Argentina são os três principais *players* que disponibilizam, que colocam, que fornecem produtos para o mundo. Então, temos aqui essa relação, embora o trigo seja também bastante produzido em outras regiões, mas esse é o fluxo internacional. E isso aqui, na verdade, traz também, se formos colocar em termos de energia, um balanço energético bastante negativo, pelo fato de que são longas distâncias entre a produção e o consumo desses alimentos, eles precisam se deslocar muito. Portanto, vejam que esse produto passa por rotas. Na verdade, o continente africano está bastante distante também do acesso a essa alimentação, e esses produtos vão para outros países que, efetivamente, têm capacidade de pagar por esse mercado.

Pode ir passando, por favor.

A questão dos problemas climáticos – pode ir passando. Tivemos aqui, nos últimos dois, três anos, e agora este ano está se repetindo já nos Estados Unidos problemas sérios em relação a questões climáticas. Tivemos, nos Estados Unidos, seca prolongada, e agora tivemos essa chuva novamente na região do Mississipi. Chuvas torrenciais também no Canadá. Tivemos problemas na Colômbia, na Argentina e no Brasil. Aqui, no Brasil, tivemos seca no Sul e, no Norte e Nordeste, chuvas torrenciais acima da média. Tivemos problemas nessa região. Aqui, tivemos chuvas e secas; da mesma forma, chuvas torrenciais. Então, vejam que chuva ou seca têm sido um problema.

Na Rússia, tivemos um problema seriíssimo em 2010, que inclusive afetou muito a produção de trigo forrageiro, que fez com que houvesse uma demanda muito grande pelo milho brasileiro para a alimentação animal. Nós, no ano passado, exportamos um pouco mais de 11 milhões de toneladas de milho, exatamente para suprir essa demanda nessa região, tanto na Rússia como na União Europeia, que dependem também do trigo forrageiro que é produzido aqui.

Esses desequilíbrios ou esses problemas que acontecem em função das questões climáticas vão abrindo brechas e demandas, enfim, vão desequilibrando, vão trazendo a possibilidade inclusive de se relacionar com



especulações que vêm acontecendo que, mais à frente, vou mostrar na questão das bolsas.

Pode ir passando, por favor.

A volatilidade dos preços – pode passar. Aqui o índice da FAO: a evolução que tivemos aí, sobretudo ainda em 2010. Mas se pegarmos de 2008 para cá, vamos perceber que tem tido uma elevação bastante significativa quando comparado com a segunda metade da década de 2000. Em 2008, teve um pico, depois baixou um pouco. Em 2010 novamente sobe, tendo, aqui, um pequeno declínio nesse início de 2011. Ou seja, há uma tendência altista de preço.

Pode passar, por favor.

Aqui há variação, pegando esse período de 1995 até 2011. Esta aqui é uma apresentação feita recentemente no Consea, pelo Aloísio, do Ministério da Fazenda. Aqui, conseguimos ver que, em 2006, tivemos menos de 3,5% de inflação; em 2008, fomos quase a 6%; em 2010, idem, e há uma expectativa, anualizado aqui para 2011, que estejamos em torno de 6%, um pouquinho mais possivelmente no fechamento do ano.

Portanto, embora ainda obviamente comparando a 2012, estamos na metade, mas é uma preocupação que está colocada para o Governo, principalmente porque essa inflação tem tido uma relação muito direta com a questão alimentar.

Pode passar, por favor.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Em junho já diminuiu o índice de preço?

O SR. SÍLVIO PORTO – Já, significativamente. Mas, de qualquer forma, Senador Supply, é importante mostrar que, enquanto a volatilidade da indústria ou do IPCA teve esse comportamento, essa curva, na dos alimentos, ele se desloca, ele oscila muito mais, inclusive para baixo. Ou seja, então, essa ciclotimia da questão agrícola sempre é um problema, porque ela tanto estimula a produção como ela também a desestimula. Nós, por exemplo, neste momento, estamos enfrentando uma situação de preços altos no milho e de preços muito baixos no arroz. Ontem, inclusive tivemos uma audiência pública na Câmara, tratando desse assunto.

A Senadora Ana Amélia é quem acompanha muito o tema do arroz lá, no Rio Grande do Sul.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. SÍLVIO PORTO – Ok.

Aqui, pegando a questão do IPCA, percebe-se que, ao retirar o tema dos alimentos, temos uma inflação que é menos da metade que 5,04% analisados aqui, em abril de 2008. Isso, em 2008. Eu vou pegar 2008 e 2010.

Pode passar, por favor.

Em 2010, os alimentos não tiveram a mesma... Vejam que, em 2008, a questão alimentar teve um impacto muito forte na inflação. Expurgando a



questão dos alimentos, ela sai de 5% para 2,4%. Neste ano, sai de 6,36% para 4,26%, ou seja, mais ou menos 2% de diferença. Mesmo assim, é importante, mas com um impacto já bem inferior ao que foi em 2008.

A questão da possibilidade de especulação que tem aberto essa volatilidade dos preços. No tema do algodão, pego o que aconteceu, no último período, na Bolsa de Nova York. Aqui, são contratos comercializados – a linha vermelha são as posições compradas na Bolsa e a linha em preto, em negro, são os contratos vendidos. O correto seria que essas duas linhas se encontrassem – tudo aquilo que é vendido é comprado –, mas, na verdade, isso tem sido bastante discutido por vários especialistas, pois essa linha azul que mostra exatamente a diferença entre o que é vendido e o que é comprado mostra que há um descompasso entre aquilo que se dá em termos de negociação na Bolsa e a realidade física da produção.

Essa é uma demonstração clara de que, na verdade, os contratos que são comercializados são muito superiores à realidade física. Então, não há uma coerência entre aquilo que se produz e aquilo que se comercializa em termos de Bolsa de Valores e isso, obviamente – porque aqui é onde se dá a formação de preços no âmbito internacional –, ajuda a empurrar o preço para cima de uma forma artificial. Esse é um elemento muito preocupante que precisa, sem sombra de dúvida, ser bastante debatido internacionalmente, inclusive no âmbito das Nações Unidas. É uma discussão que foi levantada pela França na reunião do G-20, com relação à preocupação da especulação de preço, com a questão de ter ou não ter controle de preços no âmbito mundial.

Aqui, a questão do açúcar. Esse preço é preço ao produtor e, aqui, o índice na Bolsa, a comercialização. Aí, percebe-se que, quando esses dois se encontram, quando se aproximam, essa linha vem aqui para baixo, porque exatamente quem tinha posição de contratos em aberto, contratos comprados, ao não ter mais a possibilidade de especulação, muda de posição, passando a vender esses contratos e a buscar outro produto que seja mais interessante nesse período, como o milho. Então, essa é uma relação – e aqui os dados mostram claramente como vem sendo manipulado esse mercado no âmbito mundial.

Aqui, da mesma forma, a questão da soja. Temos aqui, em verde, exatamente o que se pode chamar de especulação. Aqui, são os contratos físicos, os contratos comerciais, um fundo feito por *tradings*. Aqui, são fundos de investidores que não têm relação com a produção. Vejam que essa linha vem numa ascendência bastante significativa. A linha verde, por consequência, também vem ampliando, vem aumentando, exatamente por causa desse diferencial entre físico e o que efetivamente está sendo comercializado. Chegou-se a ter aqui o absurdo de 80% de contratos em aberto que não tinham relação com o físico, ou seja, essa, de fato, é uma demonstração muito preocupante do que tem acontecido por meio desse capital volátil hoje, que se coloca sempre onde é mais interessante.



A questão da logística no nosso País. Tivemos esse processo de interiorização, vamos chamar assim, de ocupação do espaço agrário do País, que sai do litoral e vem em direção ao Centro-Oeste e, mais recentemente, ao Norte. Não que aqui não tivéssemos produção ou extrativismo, isso é muito mais antigo que os anos 60, obviamente, mas, em termos de grandes volumes de áreas ou grandes terras sendo transformadas em agricultura ou pecuária, esse é um processo que se deu a partir dos anos 60 até os anos 90, em parte ainda na década de 2000, sobretudo a partir dos anos 70, com a entrada da soja, com o direcionamento que houve da soja para o cerrado. Essa ocupação vem se dando nesse processo crescente, ocupando significativamente essa região, com os conflitos que temos acompanhado, inclusive problemas de desmatamento, com a pressão e os conflitos da questão agrícola e pecuária com a questão das florestas e dos biomas naturais.

Ao mesmo tempo em que se amplia e se cresce para essa região, temos aqui uma demonstração de como esse produto acaba retornando, ou seja, vindo para ser consumido onde temos o maior volume populacional, o maior número populacional, a região Sudeste, sobretudo, ou vindo mesmo em função da logística, que é a saída pelos portos de Santos e Paranaguá, principalmente, como os principais portos brasileiros, embora outros portos tenham assumido, já no último período, importância também, mas ainda temos aqui uma dependência. Hoje, ainda temos uma dependência muito grande em termos de rodovias, embora os investimentos estejam sendo feitos para uma retomada da questão férrea no País, que é extremamente importante. Mas essa é uma realidade que enfrentamos muito pelo fato de termos um fluxo de mercadorias muito expressivo, muito significativo e uma malha viária muito grande no País, o que se torna inclusive bastante difícil de mantê-las em condição de rodagem.

Há situações que ainda persistem, embora, por meio do PAC, tenham sido feitos grandes investimentos nessa área, situações semelhantes a essas que estão sendo colocadas.

Aí, a situação estoura em termos de custos, ou seja, o que aconteceu de 2000 para 2010, com uma elevação de 185%, por exemplo, num frete saindo de Goiás para Recife. Isso é muito comum. Por exemplo, no período de pós-colheita, começa-se a levar milho dessa região para abastecer a necessidade do Nordeste. Esse foi o impacto que tivemos nesse último período, exatamente por essa grande dependência do uso de veículos, de caminhões, do sistema de rodovias para transportar cargas em nosso País.

A questão da concentração econômica e modelo agrícola é outro tema importante.

Só para mostrar que, enquanto o dólar teve uma involução, embora ele tenha tido alguns picos de retomada no período de 2008/2009, mas ele já baixa – ontem, a cotação estava abaixo de R\$1,60, a R\$1,57 — houve o pico que acontece em termos de fertilizantes. Aqui, o dólar cai 44%, mas, em reais, cai



36%, ou seja, geralmente quando há justificativa, seja pela elevação do petróleo, seja, geralmente quando há justificativa, seja pela elevação do petróleo, seja pela elevação do dólar, embora o dólar, no último período, não seja mais um elemento de desculpa, mas o petróleo, neste momento, o é pela elevação que teve nos últimos meses, embora a questão de fertilizantes – a uréia tem uma relação direta com o petróleo; o potássio e o fósforo não têm absolutamente nada a ver, a não ser na questão do transporte –, mesmo assim nós temos um impacto muito significativo dos preços. E esses impactos, quando se elevam, custam a cair ou o tempo de redução é muito mais lento. Na verdade, isso impacta o custo de produção em função de um modelo insumista, ou seja, uma dependência muito grande de insumos que nós temos no âmbito da nossa agricultura.

Pode passar, por favor.

Aqui, só para mostrar o que aconteceu também, corroborando com o que a Maria Emília falou sobre o alto índice de agrotóxicos em nosso País – somos hoje, infelizmente, o maior consumidor de agrotóxicos no âmbito mundial –, vejam que a área de soja cresceu, de 2000 para 2010, 73% em nosso País, só que o uso de herbicidas no mesmo período foi de 219%. Não estou falando aqui em termos de produção. Estou falando em termos de área, já que a relação do uso de fertilizantes ou agrotóxicos é por área. Portanto, há uma incoerência ou há um crescimento.

E aqui é importante relacionar que 2005 coincide exatamente com a liberação ou a legalização da liberação da soja *Roundup Ready*, que é a soja transgênica. E vejam, a partir da liberação da soja transgênica – hoje a grande maioria da área plantada no País é de soja transgênica –, o quanto cresceu, porque esse herbicida que está aqui é glifosato principalmente, ou seja, exatamente o produto que é utilizado para a produção de soja transgênica. Então, essa é uma grande preocupação e uma tecnologia que, na verdade, torna os agricultores ainda mais dependentes nesse processo de concentração econômica.

Pode passar.

Aqui, da mesma forma, é o crescimento de área. Quando nós comparamos o crescimento da área com o crescimento, vejam o quanto cresceu o uso de agrotóxicos em nosso País. Tínhamos aqui 49 milhões de hectares, em 2004, usando 4,5 bilhões de toneladas. Aqui, 48 milhões de hectares, em 2010, 7,2 bilhões de toneladas. Essa é uma preocupação que, sem sombra de dúvida, precisa ser muito discutida por todos nós, por toda a sociedade e, sobretudo, por esta Casa.

Pode passar, por favor.

Aqui é a questão do tema das fusões e incorporações. Inclusive tivemos aí uma grande preocupação com a notícia de ontem: a possibilidade de compra do Pão de Açúcar pelo Carrefour. Já tínhamos um problema sério em relação a isso porque Carrefour e Pão de Açúcar ou Pão de Açúcar, Carrefour e Walmart já representavam quase 50% da comercialização de alimentos em nosso



País. Se for efetivada essa fusão, essa compra do Pão de Açúcar pelo Carrefour, isso significa que ficaremos com duas únicas empresas multinacionais sendo responsáveis por quase 50% do que é comercializado em nosso País. Nesse processo de fusões e incorporações, vejam que o tema dos alimentos só perdeu para a tecnologia da informação. Nós tivemos aqui 305 fusões ou incorporações na última década apenas. Então, esse é um tema muito, muito relevante.

Ainda há a questão dos fertilizantes, dos agroquímicos aqui, que obviamente tem a relação direta, em função do nosso modelo agrícola, com a questão ambiental. Portanto, isso aqui é um processo muito preocupante. De fato, da mesma forma que se está discutindo a questão de criar regras e limites para aquisição de terras em nosso País por estrangeiros, sem sombra de dúvidas também a compra de indústrias e a compra de empresas precisam ser debatidas porque é um tema que tem a ver diretamente com a nossa soberania nacional.

Por favor.

Aqui também, da mesma forma, alguns grupos, e aqui está o Pão de Açúcar, inclusive associado ao Ponto Frio e às Casas Bahia. Então, não é só na questão alimentar, Sadia e Perdigão; a questão da Brasil Foods, a questão do Marfrig, a questão relacionada a carnes; da mesma forma, a JBS, enfim, todos esses grandes conglomerados que se vêm criando. E a questão da Brasil Foods é uma preocupação muito grande, porque, de fato... E isso está sendo questionado, inclusive agora, no Cade, e esse tema, talvez, sofra um revés, mas essa uma questão que tem tido, inclusive, impacto muito grande sobre o leite, porque a Brasil Foods entrou na questão também não só de aves e suínos, mas também na questão do leite. E, no Sul do País, isso já tem tido impacto muito grande, no sentido da desfrutação das cooperativas, principalmente das pequenas cooperativas leiteiras.

Pode passar.

Então, aqui, só para finalizar, pensando conceitos e relacionando o abastecimento alimentar a uma alimentação adequada e saudável, como a Marília já colocou aqui, trazendo princípios e consistência dos discutidos e acumulados no âmbito do Consea, entendemos que é fundamental e crucial que trabalhem numa linha em que busquemos sustentabilidade agrícola a partir de uma relação de valorização da agrobiodiversidade e que usemos efetivamente um conceito em que a agroecologia pode ser um dos elementos que nos possibilite ter uma alimentação efetivamente saudável, uma produção ambientalmente sustentável, e que consigamos trazer alimentos de maior qualidade, inclusive biológica para nossa população.

Pode ir passando, por favor,

Aqui, nesse sentido, então, essa dicotomia em que a gente vive em nosso País, entre dois modelos, o agronegócio e a agricultura familiar. Aqui, há uma pesada participação na questão da balança comercial, aqui, efetivamente, onde temos uma enorme contribuição para a preservação da nossa



agrobiodiversidade e, principalmente, para assegurar a alimentação de nossa população. Ou seja, boa parte, segundo o censo do IBGE, cerca de 70% daquilo que se produz e que alimenta a nossa população são oriundos da agricultura familiar.

Pode ir passando, por favor.

Então, para finalizar essa última lâmina, a importante relação que tem esse projeto de lei ou a necessidade da reinstituição de uma política nacional de abastecimento se relacionando tanto com as políticas hoje ou com programas já existentes em nível de Governo Federal; a política de garantia de preços mínimos, o programa de aquisição de alimentos, a política de garantia de preços da agricultura familiar, a sociobiodiversidade, relacionada aqui também a preços mínimos para produtos extrativistas, a alimentação escolar.

Certamente, eu diria que, nesse contexto, é fundamental que avancemos, principalmente pelos dados que vêm sendo demonstrados, que precisamos ter uma estratégia de apoio ao micro e ao pequeno varejo e, sobretudo também, às indústrias nacionais, para que consigamos fazer um processo mais equilibrado nessa distribuição da renda, na distribuição da economia e, principalmente, um crescimento que seja para todos, um crescimento que se divida entre a população brasileira, em que tenhamos não só a resolução do problema da miséria e da fome, mas que, efetivamente, nossa população tenha maior igualdade social e econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Sílvio Porto, pela sua explanação.

Passo a palavra agora à Dr^a Maya Takagi.

A SR^a MAYA TAKAGI – Bom dia a todos e a todas! Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Acir. Agradeço o convite. Cumprimento os colegas da Mesa: Sílvio Porto; Marília Leão, do Consea; Maria Emília; o Senador Suplicy e colegas Senadores; demais presentes; Deputado Nazareno.

Temos vários colegas aqui, do Governo Federal, que estão discutindo com a gente esse tema tão importante, como ficou bem claro pelas explanações anteriores. É um tema do momento, é um tema do dia. E aproveito, exatamente, para parabenizar também os demais colegas, parabenizar o Senador Crivella pela proposição do Projeto de Lei nº 51. É uma oportunidade, realmente, importante estarmos aqui, fazendo essa discussão. E também agradecer ao Senador Crivella, ao Senador Suplicy, à Senadora Marisa Serrano, pela proposição desta audiência pública.

Acreditamos que seja um momento muito importante estarmos aqui visando a contribuir para a discussão. Sabemos que esse projeto de lei está em fase de relatoria. Estamos aqui no sentido de trazer elementos que possam contribuir.



Vou tentar fazer uma apresentação breve, mas, fazendo uma introdução e já tentando fazer uma ponte entre as colocações que foram expostas na mesa sobre qual a oportunidade que temos com esse projeto de lei no momento atual.

Enfim, nas falas anteriores, sempre quando a gente fala de política de abastecimento... Eu, também como pesquisadora, sempre pesquisei o tema, atuei sobre o tema do abastecimento, do desenvolvimento rural, do desenvolvimento agrícola e também atuei em prefeitura municipal, na área de abastecimento municipal. E o primeiro estudo que nos vêm, obviamente, é o da pesquisadora Yedda Linhares, que fez um estudo do abastecimento alimentar no Brasil desde o período colonial até o século passado, até 1950. E, recuperando, a gente tem um pouco o panorama sobre como, historicamente, esse tema do abastecimento esteve colocado no País. Acho que essa é uma discussão importante para a gente chegar ao momento atual e ver qual a oportunidade que temos hoje, quais os instrumentos e quais as ausências importantes que temos para dar conta exatamente de todos os desafios que foram levantados.

Então, acredito que a maioria de vocês saiba, mas esse estudo da pesquisadora Yedda mostra, obviamente, como se iniciou uma política de abastecimento, qual a necessidade de uma política de abastecimento no Brasil. Ela começou com a carestia. O tema da carestia no passado, um País que estava sendo colonizado com a vinda de milhares de imigrantes, de colonizadores, associado a uma falta física de alimentos para garantir, obviamente, a sobrevivência. Isso, nos séculos anteriores, gerava crises, movimentos claros. Há a famosa crise do sal. A ausência do sal foi um dos estopins para se começar a discutir no Brasil uma política de abastecimento. Então, na época, colocava-se a necessidade de se ordenar a necessidade de consumo com a ausência de produtos que garantissem esse consumo. Na época, isso estava associado à importação e a um estímulo à produção interna. Para isso, foram criadas diversas instituições, superintendências, empresas. Aqui, temos o Eledil, que é um dos especialistas; o Sílvio Porto é outro grande especialista no tema e que pode trazer isso.

Suplantado esse período de ausência de produção interna, de dependência de importação forte, acreditamos, já no século passado, em especial, que houve, como todos vocês sabem, o problema dos preços, da inflação. Então, a política de abastecimento esteve muito centrada no problema de controle de preços, fixação de preços. Então, foram criadas diversas estruturas; também a Superintendência de abastecimento, as próprias centrais de abastecimento, no sentido de regular, controlar preço.

Não estamos mais, como todos sabem, nesse período. De lá para cá, obviamente, foram criadas as políticas de garantia de preço, a política agrícola – o Sílvio colocou alguns desses instrumentos. As estruturas foram evoluindo. Na verdade, a maioria delas – as grandes estruturas – foi sendo desmontada,



exatamente porque esses grandes problemas foram sendo solucionados, mas, hoje, claro, ainda temos vários problemas, antigos e novos, como foi colocado, que trazem a necessidade de mostrarmos a importância de uma política de abastecimento alimentar.

Só retomando alguns dos elementos que já foram colocados aqui. Quais são esses desafios? Primeiro que o mundo, como os senhores sabem, ainda está sujeito a crises alimentares, como tivemos em 2008. Não acreditamos que estamos nesse período novamente, agora em 2011. Em 2008, estivemos, realmente, muito próximos disso. O Brasil, felizmente, esteve mais protegido exatamente porque tem alguns instrumentos de proteção, de regulação muito melhor construídos, mas, muitos países, em especial os da América Latina, sofreram e ainda estão sofrendo muito com o problema do descasamento entre a produção e o consumo dos alimentos.

Em relação a esse descasamento, não estamos falando que é uma simples equação de oferta e demanda. Não é isso. Estamos falando que há uma concentração de produção de determinados produtos em determinadas regiões do mundo e do País; há uma concentração do consumo também em determinadas regiões; há uma concentração do consumo em poucos produtos. Então, a questão da dieta, que foi colocada: hoje, a dieta está cada vez mais concentrada em arroz, feijão, carnes, farinhas e também, cada vez mais, indo em direção a produtos industrializados. Isso gera uma concentração que agudiza o problema dos preços de alguns desses produtos.

Temos novos mecanismos de formação de preços, como também foi colocado pelo Sílvio, que distanciam a equação da necessidade do alimento com a produção. Se o mercado dá sinais diferentes, como o que tem acontecido recentemente, exatamente pelo crescimento do alimento no meio da especulação, da formação de preços fora do âmbito do real, isso agudiza a questão das crises alimentares. Então, o mundo ainda está sujeito a isso, e temos condições de ter instrumentos para proteger. É muito difícil isso. Claro, tem que ser no âmbito internacional de acompanhamento e regulação desse processo, mas cada país tem condição de fortalecer suas políticas que ampliem a proteção para essa situação.

Também temos o que eu chamaria de crise, eu acho, que é a crise dos hábitos alimentares, que foi colocado – coloquei antes, mas, reforçando. Daqui a vinte anos, a tendência é a de que estejamos num padrão físico similar ao dos Estados Unidos. Isso é muito preocupante. E acho que, hoje, temos que tomar decisões políticas agora para prevenir esse crescimento vertiginoso da obesidade, do sobrepeso, especialmente nas crianças, associadas também a esse processo de concentração de consumo em poucos alimentos e cada vez mais de aumento do consumo de produtos industrializados.

Temos também uma discussão ainda no campo das oportunidades, que foram colocadas, do modelo de produção. A oportunidade de estarmos



estimulando a produção sustentável, agroecológica, voltada para resgate de culturas e produtos que, historicamente, foram perdendo espaço na dieta alimentar e na produção. Então, essa é uma oportunidade que nós temos. E ainda temos um conjunto de famílias que não tem acesso regular aos alimentos, que depende, como todos sabem, de políticas governamentais e, em especial, concentradas, hoje, em algumas regiões graças ao sucesso, claro, de todas as políticas empreendidas pelos governos, pelo Governo Federal, com nossa política de segurança alimentar, com o programa de transferência de renda, o Bolsa Família, e várias outras políticas.

Como foi colocado também pela Conselheira Marília Leão, a taxa de desnutrição infantil, praticamente, é mínima, mas ainda há uma concentração. Por exemplo, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, nas regiões Norte e Nordeste.

Então, há ainda grupos populacionais que necessitam de uma política de acesso a alimentos bastante clara, além das políticas sociais já, hoje, colocadas; que já tenham sido atendidas por programas de transferência de renda.

Acho que isso dá um panorama de qual oportunidade que nós temos ao estar propondo. Estamos nos colocando como contribuidores aqui, no Senado, para uma política de abastecimento. Todos nos focamos na política de abastecimento alimentar. Ao final, vamos colocar por que achamos importante focar no abastecimento alimentar. Esse é o tema no qual todos nós temos atuado.

O último ponto que quero fazer a ligação para a minha apresentação é que a política de segurança alimentar, ao longo desses anos, está sendo institucionalizada. Teve início no governo Lula, em 2003, a partir do programa Fome Zero, com a recriação do Consea, com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, com a criação de uma série de políticas e programas voltados para isso e com a criação da lei da institucionalidade, da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar, das conferências – a Marília Leão falou que já estamos na quarta conferência.

Então, essa é uma oportunidade também importante. Por quê? A política de abastecimento é um dos eixos estruturantes da política de segurança alimentar. Ao longo desses oito, nove anos, ela evoluiu. Agora, está sendo institucionalizada. Já estamos na fase de elaborar o plano, como foi colocado. Temos aqui um conjunto de pessoas que trabalha, que executa, monitora, sendo do Governo ou da sociedade civil essa política.

Este é o momento. E é por isso que estamos aqui, juntos com os senhores, para discutir esse projeto de lei.

Só para fazer o gancho ainda: o que temos hoje? Temos, de fato, como foi colocado, um conjunto de instrumentos de política agrícola, de política de abastecimento, herdado do passado, ou mais recente, que poderia ser direcionado, canalizado, fortalecido para esse objetivo da segurança alimentar;



ordenado, estruturado. E, no escopo do quê? Estímulo à produção, uma produção sustentável, produção local, mais regional, nesse sentido do casamento da produção com o consumo, que faça a ponte entre a produção e o consumo por meio de uma política de abastecimento.

Então, esse é o aspecto da política de abastecimento. Faço a ligação entre a produção e o consumo, quem ensina com informações e regulação, estoques, política de armazenagem, política de distribuição, sobre um consumo saudável, um consumo diversificado, que gere uma autonomia da família na decisão da sua compra e também que possibilite menor dependência ou menor impacto em relação às maiores oscilações de preço, que é a questão da volatilidade, que foi colocada. Então, ela pode incidir sobre tudo isso em nossa opinião.

Agora, vou pedir para começar. Desculpem, é muito rápido. É que eu não queria perder a oportunidade de fazer a ligação entre as falas anteriores. Vou passar rápido, porque, muito do que coloquei, já foi colocado pelos palestrantes anteriores.

Bom, só para retomar, porque a Marília já apresentou. Quanto à institucionalização dessa política de segurança monetária, ela é recente. Então, contando com a participação aqui de todos os senhores da Casa, da aprovação, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, de 2006, que define o escopo...

Por favor. Vou falar muito rápido porque isso já foi colocado.

Coloquei já da institucionalização do tema da segurança alimentar. Sobre o marco legal, que também já foi colocado, só vou trazer um aspecto importante: essa Lei Orgânica criou o Sistema de Segurança Alimentar e, dentro desse sistema, que estabelece os componentes com a participação da sociedade civil organizada, no sentido de garantir os direitos humanos, estão: a Conferência, que define as diretrizes da política e o plano; o Consea, do qual nós temos representantes aqui, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, que é do âmbito do Governo; algumas entidades de segurança alimentar da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que é um componente importante também; e instituições privadas com e sem fins lucrativos.

O que eu quero colocar aqui? Primeiro, esse Fórum, o Conselho. São dois terços da sociedade civil e um terço do Estado. Esse um terço do Estado se organiza nessa Câmara Interministerial, que, como eu disse, tem vários representantes aqui presentes, como Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação, FNDE, Ministério da Pesca e a Conab, que está aqui na Mesa também.

Qual é a importância do Sisan? Sabemos que o Governo Federal sozinho não consegue garantir a segurança alimentar. É importante a adesão de Estados e Municípios tanto à Política Nacional de Segurança Alimentar quanto... Nós acreditamos que é importante a participação desses entes que gerem instituições, gerenciam e organizam estruturas de abastecimento no âmbito subnacional.



Na Câmara Interministerial, que é composta por 19 Ministérios, nós criamos três comissões temáticas. Só para os senhores terem conhecimento, a pré-elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar, o Plano de Combate e Redução da Obesidade Infantil e propostas para a construção de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar, que incide diretamente sobre o tema que nós estamos discutindo, exatamente pela ausência que nós sentimos de ordenação desse tema do abastecimento dentro de uma política de segurança alimentar.

No âmbito dessa Comissão Temática, nós temos levantado a importância dos princípios, o que não quero repetir, porque já foi apresentado pela Conselheira Marília Leão. Muitos desses princípios já estão nesse projeto de lei do Senador Crivella. Só trazemos aqui alguns outros elementos no sentido de contribuir com os senhores. Por exemplo: participação e controle social, educação e incentivo de hábitos alimentares, qualidade e segurança dos alimentos da produção ao consumo, a questão dos produtos da biodiversidade, que está bem colocado no projeto de lei. Enfim, estamos trazendo também, como eu disse, algumas contribuições de temas que consideramos importante constar desse projeto de lei.

Em relação aos objetivos, vários já estão colocados também, mas queremos chamar a atenção, além da questão do acesso regular e permanente da população brasileira – como falei, tem um contingente de população que ainda não tem esse acesso regular garantido –; observar as práticas alimentares promotoras de saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais; aperfeiçoar os mecanismos de compras governamentais e ampliar o acesso ao mercado da produção de agricultores familiares e pequenos produtores, aí incluindo também comunidades extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas ao mercado.

Nós temos hoje políticas que promovem essa compra, como o Programa de Aquisição de Alimentos, e acreditamos que seja possível ampliar ainda mais esse acesso ao mercado por meio de uma política de abastecimento.

A questão da valorização dos circuitos locais e regionais de produção e consumo, por todos os motivos já colocados aqui – só reforçando.

A questão da minimização de formas abusivas de intermediação. Essa é uma questão também importante sobre a qual uma política de abastecimento pode incidir.

O que nós estamos colocando? É importante uma política que propicie que o produto chegue ao consumidor com o menor espaço de intermediação possível. Isso promove uma série de vantagens não só em termos de preço, mas em termos de valorização da cultura e da produção local e regional e também minimiza o risco de uma dependência maior de mecanismos de formação de preços que estão além da possibilidade de o consumidor incidir sobre



isso. Quer dizer, quanto menor esse caminho, mais saudável, porque propicia maior renda para a produção e um consumo de melhor qualidade.

Há outros objetivos que consideramos importante constar de um projeto como esse. Tais como: a questão do desperdício de alimentos – como todos sabem, as estimativas são de que desperdiçamos um volume de alimentos que equivale ao de um país como a Argentina. Esse é um problema muito sério e incide sobre toda a cadeia de produção; a questão da informação – é importante ter um sistema de informação –; a questão de monitoramento dos preços, que não evita, mas pelo menos propicia a atuação do Poder Público, de forma a evitar a volatilidade; o direito à informação ao consumidor, de onde vem o produto, a sua origem, quais os componentes – isso já está definido em lei, mas consideramos que pode ser reforçado num projeto de lei como esse; a questão dos transgênicos, como foi dito pelo Sílvio; e a questão do incentivo à distribuição e ao consumo de alimentos frescos, frutas e hortaliças preferencialmente de origem local e agroecológica. Esse é um tema importante que incide sobre aqueles desafios que eu citei anteriormente.

Nós acreditamos que um projeto de lei pode avançar um pouco mais e definir que ações devem ser incluídas, fomentadas, fortalecidas por meio de um projeto de lei como esse. Por exemplo: apoiar a inserção de organizações da sociedade civil nos circuitos locais e regionais da produção e consumo; promover e incentivar a produção orgânica e agroecológica; promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao setor produtivo agrícola no sentido dessa promoção, dessa produção; promover orientação sobre a produção e o consumo de alimentos com práticas alimentares conscientes e articulação com ações de educação alimentar.

Como dissemos, há necessidade de se ter um conjunto de orientações para a população sobre as opções que as famílias têm para a sua própria saúde e, ao mesmo tempo, fortalecer os laços da localidade em relação ao produto que ela consome.

Formar, manter e comercializar estoques públicos, que foi colocado bem claramente no projeto de lei, mas acreditamos que é importante trabalhar com uma política de estoques públicos que propicie também uma maior participação da agricultura familiar e uma regionalização desses estoques. Hoje nós temos uma dependência muito grande, por exemplo, do arroz da região Sul, que é consumido em todo o Brasil. Nós podemos dirigir uma política de estoques nessa linha de desconcentração. E uma política de compras públicas destinada ao atendimento a programas de distribuição de alimentos.

Hoje o Governo faz compras públicas para distribuir alimentos, mas ainda há uma demanda não atendida, porque, para garantir o direito humano à alimentação adequada, as famílias ou as comunidades que têm o seu direito não garantido podem pedir ao Estado, que tem a obrigação de atender. E hoje nós estamos limitados à definição orçamentária. Se tem um orçamento x, atende-se a



x mil famílias. Então, esse conjunto de famílias que altera a sua condição de insegurança alimentar... Por exemplo: assalariados rurais que têm emprego em um determinado período do ano e, em outro, simplesmente não têm emprego, não têm carteira assinada, eles ficam sem um atendimento regular, exatamente pela limitação da definição dos recursos que são destinados a essa distribuição de alimentos que são previamente definidos.

Isso incide também sobre a questão das emergências. Por exemplo: numa situação de emergência e calamidade, o Governo Federal solicita, por meio de medida provisória, recursos adicionais para atender a essas famílias com alimentos ou com outros produtos que podem até sofrer demora no atendimento e isso ocasiona uma insegurança alimentar num determinado período e uma irregularidade no atendimento.

Outras ações que estão aqui colocadas: uma rede pública de unidades armazenadoras estrategicamente localizadas, na linha do que nós colocamos aqui, da desconcentração e de estar mais próximo dos locais de consumo, e também que ela funcione articulada entre si e com as unidades. Por exemplo: as Ceasas também têm unidades armazenadoras, mas hoje nós não conseguimos trabalhar de forma articulada com as unidades da Conab ou mesmo com unidades privadas de armazéns, o que também está colocado no projeto de lei do Senador. É importante que se conheça também onde estão os alimentos estocados e que volume se tem para poder incidir em caso de necessidade.

Estruturar e revitalizar redes de equipamento público de alimentação e nutrição. Nós temos hoje uma política de financiamento e de apoio para os Municípios para construir, por exemplo, banco de alimentos e unidades de apoio à comercialização e distribuição de alimentos. Nós procuramos fazer a ponte, por exemplo, com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que necessita de alimentos também e tem certa dificuldade de recebê-los, porque depende do cardápio da escola. Isso foi colocado pelo FNDE. De repente, aquele produto que consta do cardápio da semana não está disponível ou vice-versa, há uma disponibilidade enorme de um produto que não está naquele cardápio. Então é importante ter uma rede de equipamentos públicos que consiga fazer essa ponte entre a produção, os armazéns e as escolas.

Promover a atuação integrada do abastecimento no nível local; a importância de se fazer a articulação entre a produção, o armazenamento, o processamento e a distribuição nos diversos níveis de consumo. Estamos falando de escolas, de entidades socioassistenciais que recebem o alimento, das próprias famílias que necessitam do alimento e do próprio consumo via mercado de produtos *in natura*. E apoiar a modernização das centrais de abastecimento e incentivar a implantação de equipamentos estaduais e municipais.

Para complementar, foi colocada a formação de redes solidárias de produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos. Hoje existe um conjunto de redes solidárias, mas estão dispersas. Essas iniciativas podem ser



estimuladas. Por exemplo: agricultores ou associações de agricultores que possam formar redes de consumo local. Hoje nós temos essa rede de entrega, mas ainda é bastante irregular, ou a própria feira. Isso foi colocado pela Maria Emília: feiras de produtores com uma incidência local de consumidores que sabem de onde vem o produto que é consumido.

Apoiar a construção de unidades armazenadoras privadas; apoiar a estruturação e modernização do comércio varejista de pequeno porte, que foi colocado pelo Sílvio; estruturar e manter um sistema de informações agrícolas de abastecimento; e, por último, nessa linha, a importância de conjugar os esforços entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal com controle social em suas respectivas esferas de competência.

Eram essas as contribuições que nós queríamos apresentar aqui no plenário para os senhores. Sr. Presidente, espero que tenhamos contribuído nesse sentido. Agora vamos ouvir os senhores e ver como conseguiremos prosseguir com a tramitação desse importante projeto de lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Dr^a Maya.

Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que é o autor do requerimento desta audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, telefonei para o Senador Marcelo Crivella, que me informou que infelizmente não pode estar aqui porque está em viagem em tratamento de saúde nos Estados Unidos e me pediu que justificasse sua ausência. Inclusive ele observou que nos Estados Unidos, nos países em desenvolvimento, sobretudo com respeito aos desastres climáticos e aos problemas que às vezes ocorrem, como secas e inundações, praticamente todos os países têm uma política de abastecimento. E seria importante que nós viéssemos a tê-la.

Queria cumprimentar a Sr^a Maya Takagi, a Sr^a Maria Emília Pacheco, a Sr^a Marília Leão e o Sr. Sílvio Isopo Porto pela contribuição dos quatro convidados para hoje enriquecer o debate sobre o projeto de lei do Senador Marcelo Crivella que define a Política Nacional de Abastecimento.

O que eu notei é que as quatro pessoas convidadas, a maioria feminina, enalteceram, elogiaram a Política Nacional de Abastecimento proposta pelo Senador Crivella e fizeram exposições que respondem a muitas das minhas questões. Dentre elas, em que medida, afinal de contas, os diversos instrumentos de lei que foram mencionados e aprovados em anos recentes, inclusive de segurança alimentar, estariam já cumprindo aquilo que o Senador Crivella coloca.

O que observei, pela opinião consensual das quatro pessoas que aqui contribuíram, é que se trata de um projeto que vem a calhar, porque de alguma forma complementa, harmoniza aquilo que está definido, por exemplo, nos



diversos instrumentos legais de se prover segurança alimentar e melhor qualidade de alimentos e mesmo dos demais itens propostos, como a questão da água potável, a questão de suprimentos médicos preventivos e emergenciais, que não foi tanto a ênfase aqui.

O Presidente Acir Gurgacz sabe com muita clareza, ainda mais sendo Presidente da Comissão de Agricultura, de onde vem uma das primeiras lições da história da humanidade sobre o tema aqui proposto do abastecimento.

V. Ex^a lembra bem quem foi um dos primeiros que colocaram essa necessidade? Vamos ver se empata comigo. Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Abastecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas eu queria saber, na história da humanidade, onde está uma das primeiras lições que certamente os quatro convidados aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – José do Egito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No Egito, olhe aqui. José do Egito, porque, quando o faraó se sentiu incomodado com a repetição de seus sonhos com sete espigas frondosas seguidas de sete espigas totalmente estragadas e, depois, com sete vacas gordas saindo do rio e, posteriormente, com sete vacas magras, ele quis saber o que era aquilo. Soube que ali estava preso, por ordem sua, uma pessoa que sabia interpretar bem os sonhos, que era o José. Então, ele chamou José para interpretar seu sonho e José transmitiu a ele que haveria no Egito sete anos de boa safra, mas sete de má safra e de problemas climáticos, e que não haveria quase ofertas de alimentos. Disse-lhe que ele precisava, nos sete anos de safras gordas, preparar os estoques para suprir o país durante os sete anos de safra magras.

V. Ex^a conhece bem essa história, mas é sempre bom lembrá-la. Sempre lembro esses ensinamentos tão antigos para os meus alunos de economia, quando falo de como regular os preços dos alimentos. Esses ensinamentos me vêm à mente quando ouço essas exposições, porque há sempre essa preocupação nessa lição da antiguidade.

Observo que, nas diversas sugestões formuladas, quase tudo, de alguma forma, está previsto nos artigos propostos pelo projeto de lei do Senador Marcelo Crivella, que é relativamente simples. Pelo que pude observar, há proposições para definir a melhor regulamentação dos princípios aqui adotados. Por exemplo, há pouco, quando a Sr^a Maya Takagi explicitou os aperfeiçoamentos que poderiam estar aqui colocados para cada um dos temas, percebi que todos eles interagem com os 12 objetivos da Política Nacional de Abastecimento.

Acredito que diante da contribuição dos quatro convidados, poderíamos, depois, propor a nossa assessoria, à secretaria da Comissão, que examine em que medida será o caso de melhorar a redação, à luz da contribuição



dos oradores e oradoras, para que algumas das finalidades aqui propostas, quem sabe, possam ser aperfeiçoadas em sua redação.

Percebi que os objetivos estão, de alguma maneira, previstos, mas um melhor cuidado redacional poderá ocorrer para a apresentação de emendas de aperfeiçoamento.

Parece-me que a proposta do Senador Marcelo Crivella foi respaldada pelos quatro oradores e, sobretudo, com a vantagem, do ponto de vista da proposição do Senador, de que são contribuições de pessoas que aqui mostraram conhecimento profundo de segurança alimentar, de abastecimento.

Gostaria, então, apenas de colocar algumas questões de natureza geral. Em que medida avaliam que o Plano Brasil sem Miséria corresponde muito aos objetivos desse plano da Política Nacional de Abastecimento do Senador Crivella? Em que medida esse objetivo maior de erradicar a pobreza extrema do Governo da Presidente Dilma Rousseff, até o ano de 2014, será combinado com essa política de segurança alimentar? E quanto a prover o abastecimento necessário? Quanto à qualidade nutricional?

Os quatro convidados falaram da importância de que não apenas se possa aumentar a produção agrícola brasileira de todos os tipos de alimentos, mas também que possa haver diversidade de alimentação. Falaram também de não apenas pensarmos na expansão dos bens agrícolas que contribuem para as nossas exportações, mas, sobretudo, assegurar a boa qualidade de alimentação de nosso povo. Daí a ênfase na qualidade do que é produzido pela agricultura familiar.

Em relação ao tema Brasil sem Miséria, eu gostaria de oferecer aos quatro conferencistas algo que está relacionado aos objetivos desse programa, ou seja, meus trabalhos sobre renda básica e cidadania, que – os quatro convidados conhecem muito bem – se refere à lei já aprovada pelo Congresso Nacional. e também por todos os partidos, e sancionada pelo Presidente Lula. Só espero que o Ministério de Desenvolvimento Social coloque, em sua perspectiva, aquilo que foi definido pelo Congresso Nacional.

Srs. Conferencistas, Sr^a Maya TaKagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, que recomendação fazem para persuadir a Ministra Tereza Campello, a Secretária extraordinária Ana Fonseca, do programa Brasil sem Miséria, e, em especial, a Presidente Dilma Rousseff, a determinar qual será o dia em que tornaremos o renda básica e cidadania uma realidade? Será até 2014? Se puderem me informar a data, acho que é de interesse de todos os brasileiros.

Muito obrigado e meus cumprimentos aos conferencistas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.



Agradeço a presença do Deputado Nazareno, do PT do Piauí, a quem cumprimento, que nos acompanha nesta manhã, quando discutimos temas tão importantes.

Passo a palavra a Drª Maya, para que faça considerações quanto ao questionamento do nosso Senador Eduardo Suplicy.

V. Sª gostaria de respondê-lo?

A SRª MAYA TAKAGI – Senador, tenho e já li esse livro, que é excelente. Agradeço novamente a V. Exª e também o parabenizo pelo trabalho de militância, pois V. Exª, a todo momento, reforça a importância desse seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, só ficou faltando o Presidente. O Presidente não ganhou, Senador.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Não ganhou, Presidente? (*Fora do microfone.*) ... o Presidente e o Deputado Nazareno, há muitos anos somos companheiros, sempre o acompanho em sua batalha.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – Pois já agradeço antecipadamente. Tenho certeza de que chegará até nós esse livro, que é realmente muito importante.

Pois não, Drª Maya.

A SRª MAYA TAKAGI – Inicialmente, gostaria de agradecer o entendimento de que nossas contribuições possam ser consideradas no projeto de lei. Acreditamos que há tempo para isso.

Queremos nos colocar à disposição, para contribuir no que for possível, numa comissão informal, num grupo informal, para que possamos contribuir com esses princípios, objetivos, princípios e ações. Colocamo-nos à disposição, pois acreditamos que é uma forma de melhor contribuir

Mas há uma questão que não foi colocada – na verdade, ela me escapou –, que é questão da gestão da política.

Achamos que é importante definir os mecanismos de gestão e de funcionamento no projeto de lei, porque cabe ao Poder Público federal, estadual e municipal, criar seus mecanismos de gestão. Já temos instituições, empresas, como, por exemplo, os Ministérios, que fazem a gestão dessa política. Então, é importante constar esse capítulo.

Quanto ao que não ficou bastante claro, acreditamos que – isso para ser apresentado para discussão dos Srs. Senadores, do Senador Crivella, em especial – seja mais interessante que essa política esteja focada no abastecimento alimentar, mas essa é uma questão a ser discutida. No ponto de vista da gestão, por exemplo, colocar alimento junto a medicamentos, isso dificulta a gestão, porque já existe uma política de gestão de abastecimento de medicamentos. O mesmo ocorre com os combustíveis. Acredito, inclusive, que já foi retirado. Achamos que, para um melhor funcionamento do projeto de lei, o escopo alimentar dá mais força, mais consistência, do que abranger um conjunto de temas bastante variados, inclusive a água, por exemplo, que tratada por uma



política de saneamento, outro escopo. O Governo Federal, junto com os senhores, aprovou uma Política Nacional de Saneamento Básico que inclui a questão do abastecimento de água. Acredito que se trata de um outro tema.

Em primeiro lugar, achamos que seria interessante definir esse escopo, tanto que todas as falas aqui foram nesse sentido. Estamos focando o abastecimento alimentar; em segundo lugar, na questão da gestão; e, em terceiro lugar, queremos nos colocar à disposição para, nesta Comissão, num grupo informal, dar a nossa contribuição.

Em relação ao Plano Brasil sem Miséria, Senador, como o próprio nome diz, é um plano, não é uma política ou um programa novo, é uma estratégia para alcançar as famílias, o conjunto de pessoas do País extremamente pobres, que estão hoje desprovidas da maioria dos seus direitos. Essa estratégia tem uma meta clara: atender 16,2 milhões de pessoas, que estão distribuídas em todo o Brasil, para que as políticas públicas alcancem essas pessoas, para que elas sejam inseridas, tanto tenham acesso a seus direitos e a serviços, quanto à transferência de renda, porque todas ou parte delas têm direito ao Bolsa Família, têm direito ao benefício da assistência continuada, como também podem ser inseridas num sistema de previdência urbana ou rural. Como ainda não dispõem, porque não têm documentação, ou não estão formalizadas.

A meta do plano é atingir esses 16 milhões de pessoas, que foram identificadas e serão nominadas no Brasil todo e também identificado seu conjunto de carências. O Governo Federal colocou muito claro aos Governadores que para essa meta seja alcançada é preciso identificar, saber onde essas pessoas estão, para inseri-las em seus direitos. O Estado precisa chegar a elas e não esperar que elas cheguem aos Estados. Essa meta foi colocada de forma muito clara. Isso associado à transferência de renda, uma universalização do Bolsa Família para essas famílias, porque todas elas, pela sua condição de renda, têm direito. Também levar ações de assistência social, educação, saúde, alimentação, que é o conjunto de serviços, e realizar a parte mais difícil e que garante essa sustentação: a inclusão produtiva. Trata-se de um conjunto de ações que está sendo desenhada para que essas famílias possam se inserir produtivamente, possam conseguir um emprego digno ou ter acesso a uma renda que garanta essa sustentação, para que, no futuro, elas não precisem depender das políticas de transferência de renda.

Quanto à política de abastecimento, Senador, como ela tem instrumentos para fomentar a produção local e metade desses 16 milhões de pessoas está na área rural, a Ministra Tereza falou várias vezes que, se pensarmos em âmbito nacional, 15% da população está no meio rural. Se olharmos só os extremamente pobres, verificaremos que metade reside na área rural.

Então, esse eixo da inclusão produtiva pode ser direcionado para os moradores da área rural, para que seja incentivada a produção de alimentos e que



isso seja canalizado para políticas de distribuição de alimentos, de compras governamentais, para, na sequência, compor estoques, compor política de distribuição de alimento direta.

Então, há uma incidência sobre o plano na linha da inclusão produtiva para a parte rural. Há uma incidência, também, na parte de acesso à alimentação.

Na linha do que falei, ainda há comunidades que não têm acesso a alimentos. Então, é importante que esses estoques sejam canalizados para doação, não todos, mas que possam se canalizados mais facilmente para essa população.

Então, há incidência, mas elas não se confundem, porque o plano Brasil sem Miséria tem um período de início, meio e fim, que é exatamente encontrar esses 16 milhões de pessoas e trazê-las para esse conjunto de ações e de políticas.

Quanto à terceira questão levantada por V. Ex^a, a meta do plano, Senador, hoje temos a estimativa de que 800 mil pessoas ainda não têm acesso ao Bolsa Família, embora mereçam e tenham condições, estejam dentro dos critérios de elegibilidade. Ainda há um conjunto de famílias que recebe o Bolsa Família, mas ainda estão na condição de extrema pobreza.

Então, a meta, até 2014, é encontrá-las todas, o conjunto de famílias extremamente pobres, para que recebam o Bolsa Família. Esse é o primeiro passo.

Como foi colocado na época do programa do senhor – lembro-me muito bem, e que foi aprovado pelo Congresso –, temos que trabalhar muito fortemente para reduzir a desigualdade social, tendo como foco esse conjunto de famílias mais pobres, o que irá contribuir para redução da desigualdade social e de renda no País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Uma breve informação a todos.

V. Ex^a sabe que há um Município no Brasil que resolveu ir à frente e aprovou um projeto de lei para instituir uma renda básica, tal como no projeto nacional, por etapas, a critério do conselho que será formado, até que – isso em Santo Antônio do Pinhal – os seus 6.500 a 7 mil habitantes venham a receber uma renda básica como um direito igual para todos.

Há duas semanas, acompanhei o prefeito da cidade, José Augusto de Guarnieri Pereira, junto ao Secretário de Desenvolvimento Social, Rômulo Paes de Sousa, e a Sr^a Ana Fonseca, Secretária Extraordinária do programa Brasil sem Miséria. Ali dialogamos e o que foi recomendado, numa atitude muito positiva do MDS, é que, como primeira etapa e levando em conta a recomendação



da Presidenta Dilma Rousseff e da Ministra Tereza Campello, deem-se todos os passos, o mais rapidamente possível, para aplicar todos os objetivos do Brasil sem Miséria nos próximos meses, algo que possa ser feito, quem sabe, nos três ou quatro meses. Portanto, de maneira consistente com o que a senhora falou.

Gostaria apenas de dar essa informação. Quero até estimular os prefeitos de todos os Municípios do Paraná a seguirem o exemplo de Santo Antônio do Pinhal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Presidente Acir Gurgacz, meu conterrâneo do Paraná, o senhor que é da região de Cascavel e foi para Rondônia ajudar a desbravar aquele Estado maravilhoso, pelo qual tenho um carinho muito grande porque lá também vivem alguns familiares por parte do meu pai.

Dentro dessa questão do Plano Nacional de Abastecimento, acho que há dois pontos importantes, um deles um regulador de preços. Por conta disso, a Conab tem participado nisso, Sílvia, com relação ao arroz. No sul, tem tido alguns leilões. Há uma expectativa de que o preço chegue em torno de R\$25,00 a saca, mas ainda está em torno de R\$19,00 a R\$20,00. Há também a questão da regulação dos estoques. Dentro disso, até o Sílvia apresentava, na sua demonstração, que o Brasil é um importador de trigo dos Estados Unidos e da Argentina.

Nós tivemos, ontem e hoje, no sul, especialmente no Paraná, que é o maior produtor de trigo do Brasil, geadas fortíssimas. Inclusive minha família é produtora. Ontem eu falei com meu pai e ele acha que perdeu toda a produção deste ano, por conta das geadas, porque o trigo dele já estava num momento mais avançado, já cacheado e florido. Neste momento da formação do grão, a geada atinge. E não só com relação ao trigo, como também ao milho safrinha, no Paraná, há uma expectativa em torno de 30% da perda por conta das geadas.

Então, nós temos essa questão das intempéries relacionadas às chuvas e às secas. No sul do País, que talvez seja o grande celeiro do mundo, o nosso Estado, incluindo Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, produz sozinho mais da metade da produção nacional. Mas produtos como arroz, feijão, café, trigo e o milho são necessários à cesta básica. Eu acho que, dentro desse Plano Nacional de Segurança Alimentar e dentro do Brasil sem Miséria, isso é o início, isso é para dar uma condição de alimentação a essas pessoas mais carentes. Isso é palpável tanto em Rondônia quanto no Paraná, mas principalmente no Nordeste, onde acompanhamos, Senador Suplicy, principalmente pela imprensa, a dificuldade do acesso a alimentos.

Mas eu também acho que, atrelado a isso, nós temos que pensar uma forma de as pessoas começarem a ganhar o seu próprio alimento. Tenho me



preocupado, Senador Acir, que ocorram, igualmente como na década de 80, grandes êxodos rurais, ou do interior para grandes centros e também de Estados para Estados, principalmente para Rondônia e Estados como Mato Grosso e Pará. Aconteceram, na década de 40 e 50, êxodos do Rio Grande do Sul para o Paraná e de Santa Catarina para o Paraná. Minha família veio de Santa Catarina na década de 40, começo da década de 50. Mas eu tenho me preocupado porque acho que vai haver um grande êxodo por conta da falta de emprego e geração de renda em pequenos e médios centros. Não há nenhuma expectativa por parte das pessoas que moram em pequenas e médias cidades de que os seus filhos, netos, sobrinhos, bisnetos, consigam um emprego que gere renda para suas famílias. Então, a tendência é que todos os filhos desses vão para grandes centros, até mesmo por conta de que não têm como ganhar o seu próprio alimento.

Então, temos que fazer uma atividade conjunta. O Brasil é enorme, as necessidades são enormes. Cada coisa a seu tempo. Eu acho que, primeiro, nós temos que dar uma condição de alimentação decente ao nosso povo brasileiro. Alinhado a isso, temos que cuidar da saúde, da educação, mas temos que cuidar também para que esses brasileiros ganhem o seu próprio sustento. Porque você ganhar o seu sustento é o mínimo, é uma instituição de cidadania. O cidadão se valoriza e se sente realmente cidadão no momento em que ele pode comprar e adquirir o seu próprio alimento.

Presidente Acir Gurgacz, também quero dizer que estou muito contente de fazer parte desta Comissão de Agricultura. Cheguei ao Senado há 15 dias, por conta da nomeação da Ministra Gleisi para a Casa Civil, sou o seu primeiro suplente lá no Paraná, e espero contribuir muito para a agricultura, para a reforma agrária, nesta Comissão. Um bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio. Seja bem-vindo ao Senado – já conversamos outro dia sobre este assunto – e também seja bem-vindo à nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nós temos aqui grandes parceiros, na tentativa de discutir e debater este tema tão importante que é agricultura brasileira, neste momento em que iniciamos, junto com a Presidenta, o programa Brasil sem Miséria. Tive oportunidade de, ontem, Dr^a Maya, conversar com a Presidenta e poder me expressar na forma que eu entendo que é o grande projeto para o nosso País. O Brasil será outro a partir da conclusão ou da prática desse programa ou desse projeto, sempre com uma preocupação, que é a quantidade de técnicos agrícolas que nós temos no nosso Brasil, já que o grande problema está na zona rural.

O grande investimento, pelo que ouvi da Ministra Tereza, será realmente na zona rural. E uma coisa interessante: na zona rural não deveria faltar alimentos, não é, Deputado? Eu diria que é um contrassenso muito grande na área rural termos terras férteis, toda a tecnologia e termos pessoas passando fome. Então, realmente, é a ação do Governo. Entendo que esse programa vai realmente mudar a história do nosso País em pouco tempo, não até o final da sua



execução, mas já no início nós vamos ter reflexos importantes, Senador Eduardo Suplicy. Entendo que é um programa completo que vem realmente ajudar a população brasileira.

Eu ouvi, tanto da Dr^a Marília quanto do Dr. Sílvio, essa preocupação das notícias, de ontem e de hoje, dessa fusão, dessa união do Carrefour com o Pão de Açúcar, ou com o Abílio Diniz, não sabemos bem. É evidente que temos que aguardar, saber exatamente qual é a profundidade dessa questão, mas temos que lembrar que quem está proporcionando isso tudo é o BNDES, como fez também com relação aos frigoríficos, à concentração em torno de poucos comerciantes, que são os frigoríficos brasileiros, e agora também atua na área de supermercados. É uma preocupação grande.

Vamos aguardar. Não podemos fazer nenhum juízo porque não sabemos ainda qual é a participação do BNDES e qual é a intenção do BNDES em fazer essa fusão. Preocupa-me porque o BNDES precisa atuar no desenvolvimento do nosso País, no aumento da produção, no aumento da industrialização do nosso País. E o BNDES, quando atua de outra forma, preocupa-nos bastante. É evidente que vamos aguardar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que, inclusive, órgãos como o Cade e a Secretaria da Fazenda, responsáveis por essa área, vão precisar acompanhar com muita atenção, conforme V. Ex^a está sugerindo.

Gostaria também de encorajá-lo a convidar o Deputado Nazareno Fonteles, por ele ser o Coordenador-Geral da Frente Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Congresso, para que ele possa também dar uma contribuição, quem sabe formular perguntas às convidadas e aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com certeza, Senador Eduardo. Concedo a palavra ao Deputado Nazareno Fonteles, do PT do Piauí. É um prazer tê-lo conosco e é uma honra também receber as suas informações e os seus questionamentos.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI) – Bom dia. É um prazer estar aqui nesta audiência pública. Eu queria fazer alguns comentários.

Eu sinto falta, no projeto, da concepção do direito humano à alimentação adequada. A gente sabe que o Brasil é signatário de vários tratados internacionais. O próprio Pidesc, que inclui os direitos sociais e culturais, no seu artigo 11 deixa isso bem claro, e no comentário sobre o artigo 11, que o Brasil respalda, a importância desta visão do direito que deve permear desde a produção, comercialização, até o consumo.

Eu vi que ele botou nos princípios “segurança alimentar”. Claro que, dentro da lei que nós aprovamos em 2006, quando a gente vê “segurança



alimentar e nutricional”, que aqui está incompleto, a lei que nós aprovamos em 2006 inclui o direito humano à alimentação e a soberania alimentar nesse conceito.

Mas, internacionalmente, isso não é visto assim. Eu estive agora na Colômbia, participei de dois eventos. Um, foi o 2º Fórum da Frente Parlamentar de Combate à Fome na América Latina e Caribe, que eu ajudei a fundar, junto com o Graziano, atuando na FAO da América latina – fizemos o primeiro fórum aqui –, e lá a gente vê a disputa dos conceitos. Quando a gente fala no “direito humano à alimentação”, aí não tem problema. Eu participei de outro evento com o próprio relator da ONU pelo Direito Humano à Alimentação, o Olivier de Schutter, e com a Bárbara, que é a chefe da equipe de Direito Humano à Alimentação da FAO, e a gente vê a busca desse consenso cada vez mais.

Quando a gente pensa em direito humano à alimentação, aí a política de abastecimento ou a política agrícola passam a ter outro enfoque. Ter acesso ao alimento não pode depender de outro direito, por exemplo, o direito ao trabalho. Por isso, uma política como o Bolsa Família só tem porta de entrada. É um discurso errado, do ponto de vista do direito humano, falar em porta de saúde. Eu fico triste quando vejo autoridades públicas falando nisso, porque é direito. Se eu recebo a bolsa família para, parcialmente, ter acesso ao direito humano à alimentação, exatamente porque não tive acesso a outros direitos, não tem sentido eu ficar preocupado com a porta de saída.

Estive com Ana Fonseca propondo uma modificação no programa Brasil sem Miséria, baseado nessa experiência que tenho, desde 2007, na Frente de Segurança Alimentar. Defendi que o programa Bolsa Família fizesse uma transição – e vou aproveitar a presença do Senador Suplicy para ouvir esta minha proposta, que até botei em vídeo e está no meu *site*.

Ao regulamentar-se parcialmente a lei da Renda Básica da Cidadania, far-se-ia uma transição e um avanço do Bolsa Família para a Renda Básica da Cidadania com os seguintes pré-requisitos: quem está no Bolsa Família não sai, nem quando tem acesso a outro direito, como o trabalho, a educação, a saúde, porque isso é direito. Se ele quiser, voluntariamente, ele se desliga.

Dentro do Nordeste, por exemplo, eu acompanho problemas sérios. Pessoas não assinam a carteira, ficam trabalhando ilegalmente, com medo da denúncia perante o Tribunal do Trabalho, porque não quer perder aquele mínimo. Às vezes, os empregos são temporários. Por isso minha defesa de que o Bolsa Família seja direito, e aí, você não toma.

Segundo ponto: quando as condicionalidades não são satisfeitas, qual é a punição que a gente deve dar? Reduz-se o valor, por exemplo, 50% do valor, mas não mexe no cadastro, para evitar a politicagem, como a gente observa no período da campanha eleitoral municipal, em que os agentes que estão de plantão na gestão usam os Cras para manipular quem sai e quem entra no cadastro.



Então, se a visão de direito permeia, nós fazemos isso. Se a visão de direito permeia, a agricultura familiar vai ser a prioridade no programa de garantia de preço mínimo, que no Brasil hoje não é; é a agricultura da exportação, que não nos alimenta. Alimenta boi na China, através da soja e outros, mas não é prioridade para o nosso alimento.

Então, sinto falta dessa consistência na proposta na visão do direito humano à alimentação, que é o que deve nos nortear, porque o Brasil é signatário disso e a gente precisa fazer com que as políticas públicas se orientem nessa direção. Eu citei o caso do Bolsa Família porque ele tem uma relação direta. Mas se a gente não for, na agricultura familiar, alterar política de preço mínimo, que hoje é ruim no Brasil, para dar diversidade da produção, aí é importante porque eu descentralizo.

Tem de haver uma política de armazéns populares, e aqui não tem nada disso. O que sinto é que há um projeto que está superficial. Não seria o caso de o Executivo mandar um projeto, baseado na sua experiência, para ser apensado a esse, para ter um projeto com mais consistência? É preciso envolver gastos. Qual é a política de armazéns que a Conab precisa ter para ajudar as feiras dos pequenos agricultores, para eles produzirem mais alimentos, para diminuir aqueles gastos de transporte, que pesa quando há um problema de aumento de preço, por exemplo, no caso do petróleo, que pesa pelas estradas que faltam, pela falta de ferrovias, de infraestrutura que facilitaria isso, essas grandes distâncias que nós percorremos?

Então, eu acho que esta audiência clareia isso. Eu não pude ouvir tudo. Mas, ouvindo os dados, as estatísticas apresentadas pelo próprio Sílvia, parte da argumentação da Maria Emília e da Maya, que já ouvi em outras audiências públicas e conheço o pensamento, esses dados justificam tudo isso que nós estamos falando. É preciso ser mais contundente na prioridade para a agricultura familiar, preço mínimo para a agricultura familiar, sistema de armazéns para facilitar a agricultura familiar.

Hoje, por exemplo, nós temos a lei da alimentação escolar, que é uma coisa importantíssima, criou uma demanda para o agricultor familiar com aquele artigo 14, dos 30%. Eu fui relator da matéria, por isso tenho certa precisão ao lembrar alguns fatos da lei, só por isso.

Nós vimos que hoje eles não conseguem dar conta em alguns municípios porque não têm organização, o cooperativismo, o associativismo, não têm a capacitação técnica comercial, e é preciso o Estado ajudar. Nós aprovamos a lei de Ater, mas ela ainda não está na prática direito. Então, é preciso ter essa capacitação da assistência técnica.

Faltam matadouros, nos pequenos Municípios, para pequenos animais. No Piauí, a maioria dos Municípios não tem. Se for para Alagoas e para os outros, tudo do mesmo jeito. Então, é preciso ter uma política – vou usar a expressão bem popular, do matadouro, que é como povo lá diz, para a pessoa



entender, para poder ficar aqui bem familiar, entender assim no popular. Mas, no fundo, falta isso que demonstra que não tem prioridade para o pequeno. Faltam as estruturas das feiras populares, integrando a economia solidária com agricultura familiar. Faltam políticas para as estradas vicinais, que a gente sabe que temos um problema sério, talvez a gente tenha que mudar. Na hora em que um Senador, ou até um Deputado, quiser colocar uma emenda para ajudar, já cria um problema: não, tem que priorizar as federais. Então, a gente não leva em conta que os pequenos Municípios não têm condição sequer de fazer estradas de rodagem, imagina com estrutura melhor.

Então, é o que eu digo: focar na agricultura familiar que leva à diversidade, que preserva o meio ambiente, que diminui custos de distância, que diminui a pobreza e a miséria no campo automaticamente, porque ele melhora a renda, come mais, produz mais, autoestima, começa a pensar mais nos estudos, coloca os filhos para estudar. Porque, quando ele está naquela miséria, nem para os filhos ele acredita em educação, porque não tem consciência disso – a gente percebe muito isso. Então, eu sinto falta disso.

Estou aqui colocando esses comentários, porque, como venho acompanhando essa política nesses oito anos, ajudando na aprovação dessas leis e procurando ver a coerência delas – e é essa a nossa preocupação, de juntar isso – acredito até que, quando os palestrantes colocam, parabenizam o Senador pela iniciativa, é uma coisa. Mas eu não captei nos discursos deles – e aí eu discordo um pouquinho do Senador Suplicy – que o conteúdo de suas falas ratifique isso aqui. Não. É uma delicadeza de tratamento, mas, como eu já conheço a matéria e nós somos Parlamentares, temos que abrir o jogo, que é para a coisa avançar.

Então, precisa realmente melhorar bastante esse projeto no seu conteúdo, no seu detalhamento. A minha sugestão é de que, de fato, houvesse uma provocação ao Executivo – e aí aproveito a sua presença, e valeria para o Mapa e para o MDA –, que fizesse a Conab, nisso aí, o projeto com maior detalhamento, envolvendo realmente os gastos, para que, ao chegar à Comissão de Constituição e Justiça daqui ou da Câmara, não se diga simplesmente que tem vício de iniciativa, que é inconstitucional. Ou, então, fica superficial, não fala em gasto, deixa tudo para decreto. É ruim.

O Parlamento precisa ter mais soberania no seu exercício de saber dialogar, a meu ver, com o Executivo, para que as nossas iniciativas nos valorizem como Poder Legislativo. Eu acho que não seria nenhum demérito, pelo contrário, para o Senador que teve a iniciativa, se o Executivo mandasse uma iniciativa mais detalhada para ser apensada à dele. Daria muito mais respaldo à iniciativa.

Eu iria nessa direção. Seria a principal sugestão minha para poder ter mais acúmulo do debate, ter um desenho maior, porque a gente teve, vamos dizer, uma queda muito grande na visão de abastecimento no País em anos anteriores – não é o caso aqui de dar detalhes – e a recuperação está lenta. A



própria Conab, tem muita coisa que ela deveria evoluir, eu acho, na direção da agricultura familiar, por causa desta visão do direito, assim como a Embrapa.

Eu sinto uma ausência muito grande da Embrapa – em audiências públicas, já comentei isso, e essa minha fala eu diria que representa um coletivo de pessoas que pensam e meditam sobre a questão –, para a agricultura familiar. Nós temos, por exemplo, a Embrapa Hortaliça, nós temos a parte de fruticultura, que tem um trabalho belíssimo de diversidade, mas o enfoque não tem sido para proteger o direito à alimentação que este País é signatário. A Embrapa tem sido muito voltada à área de agroexportação, para prestigiar *commodities*, que como nós vimos nos gráficos, qualquer mexidazinha, especulação grave lá, junto com alguns fenômenos climáticos, aumenta a fome no mundo de milhões e milhões de pessoas. Então, não é justo que a gente não proteja pela produção local.

No mais, é dizer que nós, pela Frente, estamos nos somando a isso e temos alguns Senadores que são signatários da Frente, por isso estamos aqui representando tanto a Câmara como o Senado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite?

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI) – Bom, se for possível, estou aqui na Casa e o Senado tem outras regras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós estamos aqui para debater o assunto. Quanto mais debatermos, mais claro será o entendimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que a proposição do Deputado Nazareno Fonteles, de alguma forma, se case inclusive com o que há pouco estava a Srª Maya Takagi propondo. Quem sabe V. Exª, Senador Acir Gurgacz, possa formalizar aquilo que foi aqui proposto, no sentido de que as pessoas convidadas que já participaram do debate – esse é o segundo debate, é a segunda audiência –, que possa envolver os que primeiro aqui estiveram, sobretudo os que agora nos visitam, pudessem formar um grupo que V. Exª, como Presidente da Comissão, poderia coordenar, para formalizar as sugestões de aperfeiçoamento. E daí a própria comissão poderia examinar essas sugestões que as quatro conferencistas puderam encaminhar, em que medida elas teriam qualquer aspecto que ferisse a constitucionalidade. Porque, com o aperfeiçoamento de todos que aqui puderam contribuir, atingiríamos o objetivo que é comum, que é o aperfeiçoamento do projeto.

No que diz respeito à observação do Deputado Nazareno Fonteles, da sua proposta, em verdade, o Deputado Nazareno Fonteles colocou a análise de por que será bom passarmos do programa Bolsa Família para o Renda Básica de Cidadania, para evitar todos os problemas que ele aqui mencionou, ou seja, da burocracia envolvida, das armadilhas do desemprego e da pobreza, do fato de, às vezes, as pessoas não quererem se formalizar para não perderem o Bolsa Família e, sobretudo, a vantagem maior que a Renda Básica de Cidadania dará a cada um do ponto de vista da sua dignidade e liberdade maior de ter a sua renda



assegurada para prover sua alimentação e outras necessidades básicas, como o direito de sermos brasileiros e brasileiras.

Então, V. Ex^a fez a defesa da renda básica. Na verdade, à medida que a Renda Básica se constituir em um valor maior que o Bolsa Família, será sempre melhor para quem recebe. Até o Deputado Nazareno e o Senador Acir vão receber e, claro, eu também. Só que todos nós contribuiremos para que nós mesmos e todos os demais brasileiros e brasileiras recebam. Essa é uma solução de bom senso. Por isso que o livro se chama *A Saída é pela Porta*. É tão de bom senso quanto você sair de casa pela porta, como dizia o mestre Confúcio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado, Deputado Nazareno.

V. Ex^a traduziu o sentimento, acredito, dos palestrantes em relação a esse projeto. O que temos sugerido é que o relator faça esse trabalho de aproximação com o Executivo. Entendo que todos os... Só um minutinho, já lhe...

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI) – É só uma sugestão, desculpe-me por interromper assim.

Quando vimos que teve um problema, porque a Senadora Relatora renunciou.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Será designado um outro..

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI) – Tivemos contato com alguns membros aqui da Comissão, e estou tomando a liberdade de sugestão – que teve uma Senadora, que por acaso vai ser de mulher para mulher, para não ter problema de gênero –, que é a Senadora Angela Portela, que é desta Comissão, que aceitaria, caso V. Ex^a a indicasse como substituta. Acabei de saber isso há pouco tempo. O Presidente pode escolher outra pessoa, mas, pelo menos, foi uma maneira de consultar quem teria interesse, para tocar avante. É uma maneira de ter...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço ao Deputado Nazareno, pela sua participação. Nós vamos realmente fazer aquilo que tem que ser feito da melhor maneira possível.

A pedido, nós vamos atender ao nosso Senador João Pedro, que se comprometeu conosco de debater esse assunto com o Executivo, na intenção de produzir um projeto que venha a atender a sociedade brasileira. Muitas vezes nós aqui colocamos um projeto, mas ele não está de acordo com a possibilidade de ser implementado, Senador Sérgio. Então, é necessário que o relator tenha condições de conversar, tenha essa liberdade de conversar com o Executivo, para deixar, como se diz, redondo na intenção de fazer.

Então, a pedido, vou designar o Senador João Pedro para fazer esse trabalho de aproximação do projeto com o Executivo, com a intenção, com a



possibilidade de execução, para que se possa fazer realmente um projeto redondo, para que possamos votar aqui e que não tenha vetos lá na frente, para que não haja nenhum problema de constitucionalidade. Por isso, essa troca de figurinhas com o Executivo é importante.

Antes de passar a palavra ao João Pedro, quero fazer umas colocações, porque o Dr. Sílvio não estava, quando eu as fiz no início.

Qual é o déficit de armazenagem que temos no Brasil hoje? Essa é uma pergunta que eu gostaria de saber. Exatamente, nós não temos como dizer. Mas, mais ou menos, qual é o tamanho desse déficit e quanto custaria, para o nosso País, a implementação de armazéns em todo o nosso País, para que venha a dar realmente segurança para a população – não segurança para o produtor, mas para a população, de que haverá um armazenamento de alimentos que realmente faz parte da nossa cesta básica. E se temos hoje e qual é a armazenagem de alimentos existente em nosso País pelo Governo.

Dr. Sílvio, por favor.

O SR. SÍLVIO PORTO – Senador Acir, em termos de capacidade estática, temos aí em torno de 120 a 130 milhões de toneladas, e a nossa produção de grãos, este ano, ultrapassou 150 milhões. Só que, na verdade, nós temos um processo: por exemplo, a soja é colhida – que é um produto hoje que mais absorve em termos de necessidade de armazenagem –, só que, ao mesmo tempo em que é colhida, começa também seu fluxo de saída. Então, quando entra o milho safrinha no Mato Grosso, parte da soja já saiu. Como esse processo de comercialização se dá dentro de um prazo de 12 meses, de 10 a 12 meses, sendo mais intensificado nos oito primeiros meses pós-colheita, tem sido muito mais utilizado também algumas alternativas, como os tais chamados silos-*bag*, que são estruturas muito mais simplificadas, embora de uso anual, que tem resolvido em parte a nossa questão de armazenagem.

Eu diria que, hoje, nós temos um problema que é muito mais no sentido de um reposicionamento, o problema talvez seja muito mais de localização dos armazéns do que necessariamente de um déficit de armazenagem. Agora, nós temos um problema de fato: do ponto de vista do Governo Federal, sobretudo, no caso específico, da Conab, nós temos um enorme déficit, porque, infelizmente, naquilo que o Deputado Nazareno fez referência, de uma visão que foi implementada na década de 90, sobretudo – e lembrando aqui que a nossa empresa estava na lista das empresas privatizáveis em 2002; ou seja, no dia 30 de dezembro de 2002, por uma negociação do governo de transição, pós-eleição, com a vitória do Presidente Lula, foi solicitado que ela fosse retirada da lista de privatização; no dia 30 de dezembro, ela foi retirada, e, portanto, nós começamos um processo de reconstrução, na verdade, dessa empresa pública –, recebemos, naquele período, apenas uma rede armazenadora, lembrando que a Cibrazem é uma das empresas que deu origem à Conab.



A Cibrazem chegou a ter mais de 600 armazéns no Brasil, e nós recebemos a rede estratégica da Conab própria com 36 armazéns. Hoje nós estamos reconstituindo isso, estamos aí com torno de 100 a 120 armazéns que estão em funcionamento, vamos dizer assim. Só que, de fato, precisamos avançar em termos de investimentos. Eu diria que, nesse sentido, a Conab precisaria fazer pelo menos em torno de R\$100 milhões a R\$150 milhões de investimentos em termos de armazenagem, sobretudo nessas regiões mais distantes, nas regiões onde existe uma presença maior da agricultura familiar, nas regiões onde, de fato, não é a região da soja, não é a região mais classicamente falando do milho, do arroz, enfim, mas de outros produtos, inclusive estruturas de armazenagem que não necessariamente precisam ser só silos tradicionais. Quer dizer, há outros tipos de armazenagem que efetivamente permitem que nós possamos trabalhar com outros produtos, como a castanha, enfim, como produtos extrativistas, que também estão sendo, já foram, incorporados na nossa política pública.

Então, nesse sentido, tentando responder sua pergunta, aproveito para dizer que, em 31 de dezembro de 2002, o estoque de passagem de 2002 para 2003 era inferior a 400 mil toneladas. Nós voltamos a fazer o estoque no País. Chegamos, em 2009/2010, a um pouco mais de sete milhões, 7,2 milhões de toneladas. Reduzimos o ano passado, em função das vendas de milho, nosso maior estoque, e acredito que, até o final deste ano, possivelmente, com as compras do arroz que estamos fazendo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina neste momento, devemos fechar o ano entre cinco milhões a 5,5 milhões de toneladas.

Portanto, a questão dos estoques públicos é uma questão fundamental, estratégica e, sem sombra de dúvida, o aspecto da armazenagem tem uma relação muito direta para que nós possamos fazer uma boa gestão desses estoques.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Sílvio.

O senhor colocou que nós estamos com uma ligeira alta dos preços dos alimentos, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Há uma tendência de aumento de preço dos alimentos. Qual seria a principal causa desse aumento dos preços dos alimentos neste momento?

O SR. SÍLVIO PORTO – Nós temos, eu diria, pelo menos três elementos que estão levando a essa alta de preços. O primeiro deles, o aumento de demanda, o aumento de consumo. Isso, de fato, vem acontecendo. Só que, relacionado ao aumento de consumo, há um problema: a concentração em cima de alguns produtos. Na verdade, falar em aumento de preços de alimentos, de certa forma, é até equivocado, porque temos aumento de alguns tipos de produtos, dentre eles: o milho; a soja, que se mantém aí numa tendência altíssima nos últimos três anos; o trigo, que teve uma recuperação de preço no ano passado; o arroz, por exemplo, caiu drasticamente o preço – se nós olharmos a



situação de março do ano passado, nós tínhamos aí em trono de R\$29,00 a saca e, hoje, está sendo comercializado a R\$20,00, chegou a ser R\$18,00, no início da safra. Então, é essa ciclotimia que nós temos.

Aliada à demanda, sobretudo a China sempre puxando muito – porque a China, por exemplo, não importava milho e, de repente, começa a importar parte de sua necessidade. Não é gratuitamente que a China começa a comprar terras na África e no Brasil; inclusive para produzir e alimentar a sua necessidade. Hoje, boa parte das exportações brasileiras de soja está indo para a China, e historicamente ia para a União Europeia. Mas a China tem sido, de fato, um dos grandes mercados que está que está sugando parte dessas *commodities* que são comercializadas –, junto a isso, nós tivemos problemas, como mostrei ali, alguns problemas climáticos, que trouxeram de fato desequilíbrios de oferta.

Só que, com essa questão do desequilíbrio, sem sombra de dúvida, o aspecto da relação direta na formação dos preços ou o descompasso daquilo que é a venda de contratos, em nível de bolsa de valores, com a relação ou sem a relação efetivamente com o físico, ou seja, especulação financeira de fato. Nós tivemos o problema do *subprime* em 2008, e muitos desses fundos – em que mais de um trilhão de dólares circulam aí em função exatamente das melhores opções – têm se dedicado ou têm direcionado parte dos seus investimentos exatamente à questão das *commodities*, e isso, sem sombra de dúvida, tem gerado distorções de mercado, e quem paga por isso é o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Sílvio.

Eu coloco aqui e faço um alerta sobre esse assunto: o aumento do consumo nos leva a produzir mais, a termos que produzir mais, Senador João Pedro. Esse é o grande desafio que nós temos. E daí a importância de nós debatermos, com toda a tranquilidade e clareza, a reforma do Código Florestal. Ele vai influenciar diretamente na questão do aumento de produção de alimentos no nosso País. Nós não podemos engessar a produção de alimentos do Brasil, como também não podemos avançar, criando um problema para o meio ambiente. Mas nós precisamos ter – como colocamos sempre aqui – como principal objetivo de reforma do Código Florestal a população brasileira, o ser humano. Esse é o nosso desafio, e é assim que nós queremos, assim como foi feito também na Câmara dos Deputados, fazer aqui esse debate. Nós queremos um Brasil produzindo conservando, ou conservando, mas produzindo cada vez mais.

É um alerta que faço com relação a esse aumento do consumo. Temos um programa de fim da miséria no nosso Brasil, no nosso País, e isso está sendo feito não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Portanto, faz-se necessário o aumento da produção agrícola brasileira.

Senador João Pedro...

O SR. SÍLVIO PORTO – Permita-me...



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Claro, o debate é importante. Por favor, Dr. Sílvio.

O SR. SÍLVIO PORTO – Eu diria assim: historicamente, sempre foi colocada essa dicotomia entre disponibilidade alimentar ou produzir para alimentar o mundo, vamos colocar assim.

Nos anos 70, quando veio a Revolução Verde, ela veio exatamente assentada nesse princípio de que era fundamental e que precisávamos aumentar, e, de certa forma, foi utilizada até a Teoria de Malthus, no desequilíbrio entre a forma exponencial com que crescia a população e a forma com que vinha se dando o crescimento, esse descompasso, vamos dizer assim. Só que, na verdade, se pegarmos, historicamente, população *versus* disponibilidade alimentar, percebe-se claramente que a miséria ou a fome não existem por um problema de disponibilidade. Sempre tivemos alimento para abastecer o mundo e continuamos tendo. É claro que aqui é importante salientar que tipo de alimento nós temos.

E volto a dizer: o fato de o País colher 150 milhões de toneladas e, desses 156 milhões de toneladas, 90% estar representada em apenas três produtos, acho que isso também é um alerta que dialoga com o Código Florestal, dialoga com a necessidade de termos um melhor planejamento sobre uso e ocupação do espaço agrário. A questão florestal é estratégica. Ela nos oferece ou poderia nos oferecer infinitamente mais do que nós efetivamente estamos aproveitando hoje, seja por falta de transformação dessas possibilidades em política pública, sobretudo a inclusão que nós fizemos, por exemplo – que ainda é pouco, mas acho que foi muito relevante –, da possibilidade de os produtos extrativistas também estarem incorporados à política pública. Acho que é um elemento que se traduz na possibilidade de que a floresta também é capaz de fornecer tão ou mais renda do que, necessariamente, a questão, por exemplo, da soja.

Nós temos exemplos aqui em Goiás, onde famílias extrativistas que trabalham com o baru têm conseguido uma rentabilidade, não no patamar de hoje, em que a soja está colocada, mas, se nós pegarmos pelo preço histórico da soja, o baru foi capaz de ser competitivo com a soja. Portanto, essa também é uma necessidade para esse debate, de uma forma mais ampla, porque a nossa biodiversidade sempre foi a nossa fortaleza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Sílvio.

Nós temos, realmente, que colher todas essas informações para que possamos, de fato, fazer um Código Florestal que atenda a toda a população brasileira, seja ambientalista, seja de produtores. É por isso que estamos debatendo aqui, Deputado, sempre em sintonia, a Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente. Teremos, amanhã, uma audiência pública com a Ministra Izabella, mas uma audiência pública em conjunto, Meio Ambiente e



Agricultura, porque entendemos que fazemos parte da mesma sociedade e temos o mesmo interesse, o mesmo objetivo: colher essas informações todas e transformar, fazer com que o Brasil seja um país que produza conservando, e é assim que deve ser, ou que nós entendemos que deva ser.

Senador João Pedro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AC) – Presidente Acir, senhoras convidadas para esta audiência pública, Sílvio, primeiro, quero dizer do meu agradecimento à designação. Vou trabalhar e relatar... Estava sendo muito bem relatado esse projeto. Vemos que o projeto é meritório. A própria audiência pública suscita isso. Há pelo menos dois grandes Ministérios aqui: Agricultura, na figura da Conab, e o MDS estão aqui, e os demais convidados interagindo. Isso é uma boa iniciativa para aprofundar, melhorar o projeto de lei do Senador Crivella.

Quero lembrar aqui para os Deputados e para o Senador Suplicy que nós estamos discutindo esse projeto de lei que institui a Política Nacional de Abastecimento e quero lembrar duas questões importantes nesse contexto de discussão do projeto.

Primeiro, um internacional, que é a vitória do Brasil, na figura do Prof. Graziano, na FAO. Ela contribui com esse debate nacional e com esse objetivo da principalidade da FAO em encarar esse debate no combate à fome, em reverter essa chaga não só nacional, mas principalmente internacional. Então, penso que esse é um debate que se dá dentro de um contexto favorável, em um grande momento, um bom momento internacional e nacional.

Segundo, na questão nacional, o projeto da Presidenta Dilma no combate à miséria. Então, estamos discutindo aqui o projeto dentro de um contexto que suscita um debate, um cuidado, um compromisso de construirmos políticas públicas com um olhar nacional, com um olhar de justiça social, com um olhar de valorizar a produção, principalmente a agricultura familiar. Não é uma dicotomia, mas é um segmento estratégico, aqui no Brasil, para atender, gerar renda, gerar emprego na agricultura familiar, valorizando essa mão de obra do homem, da mulher, do filho no campo.

E, por fim, o debate sobre o Código Florestal. É muito importante um documento que a ANA (Agência Nacional de Águas) produziu para o debate do Código Florestal. Na visão da ANA, que é uma Agência que considero das mais importantes aqui no Brasil, nós vamos discutir o Código Florestal a partir da água. Vamos do riacho, do lago, do rio, do oceano para a terra, para a floresta. Essa relação.

Então, temos de fazer um Código com uma visão perene e estratégica nesse sentido. Temos de ter preocupações com produção hoje, em aumentar a produção, mas garantir a produção daqui a 20, daqui a 30 anos, daqui a 50 anos. Então, essa é uma exigência de construirmos um Código Florestal comprometido com o agora, mas, fundamentalmente, com as gerações futuras.



Exige, inclusive, um padrão ético de como fazê-lo, de como construir o Código Florestal.

Então, Sr. Presidente, o projeto de lei do Senador Crivella é meritório. A audiência pública ajuda, está ajudando, o debate, as contribuições, e ele vai tramitar. Penso que nós podemos fazê-lo, concluí-lo rapidamente, mas fazendo com que o projeto seja uma ferramenta de orgulho para todos os brasileiros e, principalmente, para a agricultura familiar e para a produção no campo.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Senador Eduardo, por gentileza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sou autor de um projeto de lei que vai tramitar agora na Comissão de Justiça. Vou precisar pedir licença, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós já estamos encerrando, Senador Eduardo.

Agradeço, mais uma vez...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer muito a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Agradeço à Dr^a Maria Emília Pacheco, à Dr^a Maya Takagi, à Dr^a Marília Leão, ao Dr. Sílvio Porto, pela brilhante explanação e pela brilhante manhã que nós tivemos hoje aqui na nossa Comissão de Agricultura.

Agradeço ao Deputado Nazareno a sua presença, a sua participação junto conosco, e aos demais Senadores, lembrando que amanhã teremos audiência pública conjunta a realizar-se às 8h30 da manhã com a presença da Exm^a Sr^a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira, que tem por objetivo debater acerca da aplicação do Decreto nº 7.029, de 2009, que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado Programa Mais Ambiente, bem como o debate destinado a coletar subsídios técnicos e jurídicos para o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, Lei nº 4.771, de 1965.

Amanhã, portanto, às 8h30, teremos essa audiência pública muito importante. Espero contar com os Srs. Senadores para que possamos produzir um debate para a sociedade brasileira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 42 minutos.)